



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Escola de Serviço Social**

**PELA VIA DA CULTURA.**  
**A EFICÁCIA DA AÇÃO DAS ONG NO ENFRENTAMENTO**  
**DA CRIMINALIDADE ENTRE A JUVENTUDE URBANA.**

**CARLA PEIXOTO RODRIGUES**

**RIO DE JANEIRO**

**2006**



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Escola de Serviço Social**

**PELA VIA DA CULTURA.**

**A EFICÁCIA DA AÇÃO DAS ONG NO ENFRENTAMENTO  
DA CRIMINALIDADE ENTRE A JUVENTUDE URBANA.**

**CARLA PEIXOTO RODRIGUES**

*Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora, como  
exigência parcial para a obtenção de título de  
Graduação do Curso de Serviço Social, da*

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob  
a orientação da Professora Rosemere Santos  
Maia.*

**Rio de Janeiro  
2006  
AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais que estiveram ao meu lado em todos os momentos torcendo pela minha vitória.

Ao meu noivo que foi o primeiro a incentivar minha volta aos estudos e agüentou minhas crises com paciência, compreensão e carinho.

A todos os meus amigos e familiares, com os quais compartilhei momentos importantes ao longo desses cinco anos.

Aos professores, que contribuíram para minha formação profissional.

A minha orientadora Rosemere Maia pelo apoio e pelas horas de discussões que contribuíram significativamente para meu crescimento.

Aos amigos que fiz no campo de estágio (Marilene, Flavinha, Rodrigo, Kelly e Fernanda) e que acompanharam minha trajetória nesse ano.

A minha ex-supervisora Vânia Dutra que foi a profissional mais comprometida e realizada com a profissão que conheci.

Aos meus amigos de turma com os quais vivi momentos preciosos que ficarão nas minhas lembranças eternamente.

## **RESUMO**

O presente trabalho investiga a atuação das ONG que possuem projetos culturais voltados para jovens de comunidades pobres e favelas do Rio de Janeiro. Analisa através do discurso dos coordenadores e demais profissionais que trabalham nestes projetos as formas com que lidam com a questão da criminalidade e do tráfico de drogas nas localidades. Aborda a história do tratamento dispensado as crianças e adolescentes no Brasil, as políticas públicas e o papel do Estado. A pesquisa foi realizada com 19 profissionais de três ONG localizadas em diferentes bairros do Rio de Janeiro e foi verificada a concepção que os profissionais possuem sobre cidadania e inclusão social através da cultura e quanto a questões e formas de elegibilidade, tratamentos dispensados aos jovens e suas famílias.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>PARTE 1. VIOLÊNCIA URBANA, CRIMINALIDADE E JUVENTUDE.....</b>	<b>10</b>
<b>1. Aumento da Violência e Suas Causas.....</b>	<b>11</b>
1.1.Jovens e o Tráfico de Drogas.....	20
1.2. O Aumento da Mortalidade entre os Jovens e suas Prováveis Causas.....	24
1.3. A Relação entre Mídia e Violência.....	26
<b>PARTE 2. O ATENDIMENTO A INFANCIA E ADOLESCENCIA NO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
<b>2. O Tratamento da Infância e Adolescência.....</b>	<b>30</b>
2.1.Os Códigos de Menores.....	33
2.2. As Políticas Públicas.....	40
<b>PARTE 3. O TRABALHO DAS ONG NO BRASIL.....</b>	<b>43</b>
<b>3. O Surgimento das ONG Como Tratam da Questão da Infância e Juventude.....</b>	<b>44</b>
3.1. A Transformação no Perfil das ONG e a Utilização dos	

Recursos.....	47
3.2. O Ideal da Participação da Sociedade - A responsabilidade	
Todos.....	48
3.3. A Polemica da Substituição do Papel do Estado Pelas ONG...	
.....	49
 <b>PARTE 4.A ATUAÇÃO DAS ONG QUE TRABALHAM A INSERÇÃO DOS</b>	
<b>JOVENS ATRAVÉS DA CULTURA.....</b>	<b>54</b>
<b>4. Atuação das ONG.....</b>	<b>55</b>
4.1. A Cidadania e a Questão da Violência Juvenil.....	56
4.2. A Atuação em Comunidades Pobres e Favelas e o Trafico de	
Drogas.....	59
4.3. As Motivações para a Realização de Projetos Culturais e a	
Escolha pela Área da Infância e Juventude.....	60
4.4. O Papel e a Presença do Estado nas Favelas.....	65
4.5. Financiamento das ONG e Parcerias.....	67
4.6 As Demandas Trazidas pelos Usuários dos Projetos.....	69
4.7. A Contribuição para a Inserção no Mercado de Trabalho.....	71
 <b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>7</b>
	<b>4</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>79</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	<b>8</b>
	<b>3</b>

## **INTRODUÇÃO**

O tema relacionado à juventude e a violência sempre foram para mim, desde o início da graduação o de maior interesse, apesar das poucas oportunidades que tive para aprofundar o tema, não conseguindo me inserir em pesquisas que abordavam essa questão por diferentes motivos como dificuldades de horário e contato com os professores dos núcleos de pesquisas. Apesar destas dificuldades, vi a chance de desenvolver o tema quando participei da monitoria com a Prof. Rosemere e tive a oportunidade de acompanhar durante 1 (um) ano as discussões de sua pesquisa sobre questões urbanas e sobre violência.

Outro fator que contribuiu para meu interesse pelo tema da violência e principalmente aquela protagonizada por jovens e o envolvimento destes com o tráfico de drogas é devido a minha proximidade com tal situação, pois também

passsei toda minha adolescência (e ainda hoje) como moradora de favela e por várias vezes acabei acompanhando a trajetória de amigos, vizinhos e até parentes que acabaram se envolvendo com traficantes. Destes, hoje alguns estão presos, outros mortos, alguns conseguiram se desvincular e outros continuam envolvidos.

Por outro lado, um assunto que me chamou a atenção (também nesse período) foi a inserção das ONG nesses locais com propostas para auxiliar na redução do envolvimento dos jovens com a criminalidade. Na favela onde moro as primeiras iniciativas foram iniciadas pela igreja católica com cursos de informática e outros ligados a qualificação profissional. Nesse caso, pude observar que o número de jovens inscritos era baixo, apenas aqueles que, como eu, freqüentava a igreja com regularidade. Depois disso houve outra iniciativa, desta vez da associação de moradores que passou a oferecer atividades como capoeira, dança, desenho, teatro, o que parece ter atraído mais a atenção dos jovens.

Através da mídia também passei a observar, principalmente nos últimos anos que a iniciativa das ONG (ou iniciativas pessoais) com projetos esportivos e ou culturais estavam cada vez mais em evidencia. Nos telejornais das emissoras mais assistidas por vezes apareciam (e aparecem) reportagens sobre iniciativa de pessoas ou ONG que propõem através de seus projetos “melhorar” a vida de jovens de favelas e morros. Em uma dessas emissoras, sempre aos sábados é exibido no telejornal da tarde uma entrevista com alguma pessoa que se destacou seja com trabalho voluntário, ou em uma ONG, que nos últimos tempos vêm nas comunidades pobres e favelas o espaço para atuação e implementação de seus projetos.

Apesar de toda propaganda favorável, não sabemos ao certo os resultados desses projetos e se realmente são capazes de mudar a realidade dos jovens das comunidades em que estão inseridas ou dos jovens de diversas áreas carentes que atendem.

Esse fenômeno de intensificação dos projetos levados à frente por essas organizações (ou pessoas) não é uma novidade. Desde a década de 90



acompanhamos o aumento de número de ONG que se prontificam a intervir em diversas áreas com abordagens diversificadas. Mas ultimamente os projetos ligados a cultura (e ao esporte) são os que estão em evidencia devido a intensificação da violência protagonizada por jovens e que costuma ser associada a pobreza.

Isto posto, através deste trabalho procurei mostrar um pouco dos projetos realizados pelas ONG que atuam na área da infância e juventude especificamente oferecendo atividades culturais como estratégia para afastar jovens de comunidades carentes de possível envolvimento com a criminalidade e o tráfico de drogas e analisar as estratégias que elas utilizam para esse fim.

Estudos como estes se tornam importante para que a sociedade e principalmente as pessoas atingidas direta ou indiretamente pelas ações realizadas por esses projetos possam compreender de que forma as ONG atuam e os motivos de tais iniciativas, a opção pelo trabalho realizado e principalmente, saber dos alcances e resultados práticos atingidos.

Para o Serviço Social, contando que o numero de ONG cresce a cada dia, é imprescindível que se conheça bem as particularidades desse campo, como atuam na questão da violência e qual o papel exercido pelo Estado na conformação de políticas públicas para o setor. Já conhecemos o discurso freqüente de que as ONG substituem a ação do Estado nas políticas públicas, mas não podemos desconsiderar que elas passaram a atuar em diversas áreas antes ocupadas majoritariamente pelo Estado e fazem uso de recursos públicos, e em muitos casos conseguem – mesmo que minimamente – resolver problemas imediatos.

Para a realização deste trabalho foi de suma importância as entrevistas realizadas com funcionários de três ONG que possuem projetos culturais no Estado do Rio de Janeiro. Duas dessas ONG estão localizadas em áreas consideradas “de risco” como a favela da Cidade de Deus e outra localizada na Praça Onze, que atende jovens das favelas do Centro do Rio. A última ONG está localizada no bairro de Botafogo. Participaram da entrevista coordenadores, professores,

Assistentes Sociais, monitores e orientadores das três ONG que expuseram seus propósitos, trabalhos e realizações desde a implantação dos projetos.

A escolha por essas três ONG ocorreu pela sua inserção nas favelas e pelos projetos que atuam: cinema, teatro, desenho e dança e por atenderem apenas a jovens, o que não ocorre com outras ONG que também fazem projetos culturais mas atendendo um público variado.

Um outro motivo para a escolha por essas organizações foi quanto a localização. Uma está localizada no Centro do Rio, outra em Botafogo (Zona Sul) e a última na Cidade de Deus (Zona Oeste). Tentei contato com outras ONG (uma na baixada e outra também no Centro do Rio, mas a entrevista não foi possível).

As idas às organizações para a realização das entrevistas teve a duração de um mês. Por vezes as entrevistas (mesmo marcadas) eram interrompidas devido a alguma atividade urgente para realizar ou quando a entrevista era realizada com monitores, estes ao mesmo tempo tinham que dar atenção às jovens que abordavam e interrompiam a entrevista várias vezes.

A escolha pela entrevista estruturada foi devido à necessidade de seguir um roteiro elaborado com perguntas que iam desde questões simples como a história e o percurso da organização, como foi criada, desde quando e porque, até perguntas que abordavam a questão da violência, envolvimento com o tráfico de drogas, família e o papel das Organizações com projetos culturais.

Para os coordenadores das organizações procurei enfatizar através de perguntas sobre a criação da instituição, os motivos que levaram a escolha pelo trabalho com adolescentes e os projetos culturais. Já para os monitores e professores foram abordadas questões sobre as demandas apresentadas, o comportamento e a adesão dos jovens ao projeto.

Pretendi obter dos entrevistados respostas para as mesmas perguntas analisando assim as diferenças de pensamento e concepções. Dessa forma pude

esclarecer melhor as perguntas não entendidas e garantir que estava sendo bem compreendida.

Para MINAYO a entrevista se trata de um componente importante para a realização de uma pesquisa qualitativa.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores sociais, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (DESLANDES, 1994: 55)

As ONG possuem um efetivo de funcionários relativamente baixo entre (10 a 15) e nem todos puderam responder a entrevista porque estão em um período onde muitas atividades estavam sendo encerradas (mês de novembro) e preparando novos cursos e planejamento das atividades para o próximo ano. Por isso a entrevista aconteceu com 19 pessoas: 4 coordenadores, 3 assistentes sociais e 12 monitores.

Optamos por não entrevistar os jovens nesse momento porque na verdade o que gostaria de investigar eram os motivos, as estratégias utilizadas e os resultados alcançados (e prometidos) com os projetos culturais voltados para os jovens.

Contudo ao longo da investigação surgiram várias questões que não pude desenvolver, pois cada um deles necessitaria de um estudo mais aprofundado, o que não se constituía na proposta inicial do trabalho (e não haveria tempo hábil) como a relação das ONG com as famílias, o apoio do tráfico de drogas.

Ao elaborar o trabalho, este acabou dividido em quatro capítulos, onde no primeiro abordo as possíveis causas do aumento da violência juvenil e alguns de

seus rebatimentos fazendo referencia ao sentimento de medo expresso nas pessoas e as formas utilizadas para seu enfrentamento, o papel do poder público, a relação com a mídia e a influência do tráfico de drogas.

No segundo capítulo faço um pequeno resgate da história do atendimento à infância e juventude no Brasil e a evolução dos códigos de menores até que se chegasse ao ECA que consagrou as crianças e adolescentes como detentores de direitos.

No terceiro capítulo falo sobre o surgimento das ONG, a polêmica da substituição do Estado por essas entidades, a questão da responsabilidade social, a transformação do perfil das ONG nos últimos anos que deixaram ser entidades pequenas transformando-se (em alguns casos) em entidades gigantescas com uma movimentação de recursos igualmente grande.

Por fim, num quarto capítulo abordo a questão das ONG que atuam na área da infância e juventude com projetos culturais, fazendo a exposição dos resultados obtidos através das entrevistas, onde os temas principais foram violência, família, educação, lazer.

## **PARTE 1**

# **VIOLÊNCIA URBANA, CRIMINALIDADE E JUVENTUDE.**

## **1 . AUMENTO DA VIOLÊNCIA E SUAS CAUSAS.**

O problema da criminalidade no Brasil parece ser o “assunto do momento”, principalmente quando os crimes envolvem, como autores ou vítimas, os segmentos juvenis. Diariamente acompanhamos nos noticiários e jornais a ênfase dada a esse assunto, onde são apontados principalmente o aumento e a crueldade com que esses crimes são cometidos. Segundo ISUNIMO E NEME, (2002) nos últimos 20 anos, a problemática da violência, sobretudo a urbana, tornou-se objeto de interesse e discussão de especialistas, formadores de opinião e da população em geral, ocupando lugar central em suas preocupações.

Antes de prosseguir, é necessário fazer uma abordagem sobre o conceito de violência. Para ZALUAR (1999) existe uma dificuldade de definir o que seria a violência por ser um termo complexo em sua própria etimologia, existindo assim várias definições para o termo.

A violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. (ZALUAR 1999)

Em SANTOS, a violência é definida como uma forma de sociabilidade "na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo". Mas não seria apenas a manifestação institucional dela, pois a "força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso, presente nas relações de poder" estaria "seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre os grupos sociais". Sua forma social contemporânea estaria expressa no "excesso de poder que impede o reconhecimento do outro — pessoa, classe, gênero ou raça — mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano. (SANTOS apud ZALUAR, 1999)

A violência pode se expressar não apenas pela violência física, mas pelas condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde.

Para ROURE (1996), a violência constitui-se em um problema socialmente construído no interior das relações sociais, apresentando-se de formas diferenciadas, e a sociedade tem se comportado diante da violência considerando apenas um de seus aspectos o aspecto normativo. A sociedade está habituada a considerar a violência apenas pelo aspecto da violação/transgressão de regras, normas e leis aceitas por uma coletividade e das quais depende para continuar existindo. Neste contexto (jurídico), o indivíduo violento é aquele que põe em risco a vida da comunidade, contribuindo para seu desequilíbrio.

(...) ao contrário do que muitas vezes se pensa, a violência não é um fenômeno estranho à sociedade. Em geral temos uma certa idéia presente às vezes no senso comum, mas também algumas vezes no chamado senso crítico ou científico, de que a violência é alguma coisa externa aos homens, de que ela existe como se fosse algo estranho a todos nós, quase uma anomalia, uma patologia que, como tal tem que ser tratada. (ADORNO, 1988:04)

ROURE continua dizendo que a violência tem um caráter múltiplo e polissêmico e pode ser concebida de diversas formas:

se ela é exercida pelo Estado através de suas atividades legislativas, judiciária e executiva é aceita como forma de punição/correção, fundamental para o processo de reeducação e desenvolvimento da sociedade; se ela é praticada nas relações familiares, interpessoais e trabalhistas é percebida como um padrão de conduta normal no exercício da formação e da educação do cidadão; no entanto, se ela é praticada por adultos, crianças e adolescentes na busca de sua sobrevivência, transgredindo regras e normas estabelecidas, é considerada infame e deve ser reprimida e punida.” (ROURE, 1996p54)

Para ROURE, o Estado ao buscar hegemonia, impõe aos indivíduos coerções de formas diferenciadas, tanto através da utilização de seus aparelhos repressivos (jurídico formal) como também pelo consenso, por meio das instituições destinadas ao ensino do saber e da moral. O objetivo de ambas é a construção de um imaginário coletivo que corroborem com a internalização das regras, valores e comportamentos universais e homogêneos, próprios da classe dominante.

MAIA (2002) aponta que o medo e a insegurança fazem parte do cenário das metrópoles e que “nesse contexto, as interações entre as pessoas “energizam-se, potencializam-se e se comunicam pelo circuito da violência” que, desta forma, é tornado uma linguagem corrente, uma marca do cotidiano”. (SILVA apud MAIA, 2002)

CASTELLS (apud MAIA) indica que a violência expressa um rompimento do controle social, bem como dos laços de solidariedade, produzindo processos de “desfiliação” e ruptura nas relações entre o eu e o outro, afetando, assim, a alteridade.

Segundo TAVARES SANTOS,



tais rupturas verificam-se nas instituições socializadoras- como nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas religiões- e no sistema de justiça penal (polícias, academias de polícia, tribunais, manicômios judiciários, instituições da justiça penal e prisões), pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização ou de recorrente crise. (2002 :22-3)

SOUZA (2000) levanta a questão referente à existência, ou não, de uma violência especificamente urbana. Para o autor, o termo VIOLÊNCIA, embora sendo muito amplo, pode possuir algumas manifestações interpessoais que, não só têm lugar no meio urbano, quanto apresentam

uma conexão muito forte com a espacialidade urbana e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente 'urbanos' (a pobreza e a criminalidade são evidentemente, fenômenos tanto rurais quanto urbanos) e sejam alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, da local à internacional.[...] Do conceito de violência urbana emerge, assim, como núcleo do fenômeno [as] reações 'não-políticas' dos desprivilegiados- assaltos, quebra-quebras, saques, além de incluir outras manifestações da violência que, como a agressividade no trânsito ou por parte de torcidas organizadas nos estádios de futebol, remetem a problemas como o estresse e a deterioração geral da 'urbanidade' ou 'civildade'no ambiente de uma grande cidade contemporânea. (2000: 52)

O aumento da violência observado no Brasil e em muitos países tem como um dos motivos (mais apontados para esse fato) a desigualdade Social.

Para OLIVEIRA (2004) a desigualdade social no Brasil nunca gerou luta de classes, mas atualmente gera muita violência. O Brasil é um dos países com pior distribuição de renda ficando apenas acima de alguns países africanos. Citando pesquisa realizada por PELIANO (1999), este afirma que no Brasil a parcela dos 10% mais ricos abocanham 53% da riqueza nacional. Esse mesmo contingente nos EUA e Inglaterra detêm, respectivamente, 26% e 29% da mesma riqueza nos países

correspondentes, “o que mostra que nossos ricos são mais ricos aqui do que o são aqueles ricos dos países efetivamente ricos”. (PELIANO apud OLIVEIRA, 2004 p. 2)

ADORNO (2002) traça um perfil da desigualdade social, deixando claro a gravidade dessa questão no Brasil, afirmando que em 1990 os ricos se apropriavam de quase metade de toda renda nacional, cerca de 48,1%, e os mais ricos detinham cerca de 13,9%; em contrapartida os 10% mais pobres apropriavam-se de somente 0,8%, e os 50% mais pobres detinham 12,1% do total de rendimentos.

LESBAUPIN afirma ainda que a violência não ocorre simplesmente pelo fato de haver pobreza. Ela surge por um conjunto de causas. A desigualdade social sim, é um fator que causa um aumento da violência.

O grande estímulo da saída criminal para a fração da juventude empobrecida é a ausência de perspectivas de dias melhores. (...) O crescimento do desemprego, o arrocho salarial, o aumento da jornada de trabalho. Todos esses fatores sinalizam para a grande maioria a inexistência de um futuro melhor.(LESBAUPIN, 2002 p.58)

Não seria correto atribuir as razões da violência urbana apenas a pobreza e desigualdade social. Jovens de classe média e alta têm cometido crimes graves, como no caso da jovem de classe média que planejou o assassinato dos pais para usufruir da herança. Nesse caso a pobreza não foi o fator determinante para o ato. MADEIRA partilha desta perspectiva e defende que as concepções que entendem a violência como fenômeno unicamente, ou preferencialmente, vinculado à existência da pobreza mostram-se cada vez mais insuficientes para compreender e explicar as situações concretas dos dias atuais.

Os componentes inerentes à violência encontram cenários mais propícios às suas manifestações onde a pobreza se traduz em restrição permanente e crescente ao acesso a bens materiais cada vez mais atraentes, que infelizmente é onde se encontra grande parcela da

população. Daí as estatísticas se concentrarem nestas camadas populacionais. Porém, hoje não parece haver dúvidas de que a violência mais ou menos agressiva, mais ou menos visível ou declarada, tem se manifestado em todas as instâncias do tecido social, não observando classes sociais, riqueza e pobreza. Tal consideração ganha relevo tanto no caso das manifestações de violência pública, por meio das organizações internacionais do mundo do crime, das gangues e galeras infanto-juvenis, das agressões entre civis, dos extermínios e homicídios, como também nas ações que acontecem nos âmbitos privados e até pouco tempo fora das discussões desta temática, como a violência doméstica, o uso da força contra a mulher e os maus tratos às crianças e aos adolescentes. A violência cada vez mais está associada a referências bem mais amplas, que inviabilizam qualquer abordagem que não envolva profundas transformações que estão ocorrendo na sociedade. (MADEIRA, 1999 p.3)

Segundo FORMIGA E GOUVEIA (2005) a criminalidade entre os jovens tem sido um dos fenômenos sociais mais preocupantes no Brasil; tal fato sinaliza as possíveis fissuras sociais responsáveis pela manifestação dessas condutas violentas entre eles. Para os autores diferentes aspectos devem ser considerados quando se trata da violência entre os jovens, entre eles estão o crescimento e desenvolvimento urbano, as deficiências das políticas públicas e a precária distribuição econômica. Porém, é visto que o aumento da violência entre os jovens hoje seja reflexo de uma mudança cultural que se perfila em muitos países ocidentais imbuídos de um espírito individualista, no qual subordina-se aos interesses e prioridades pessoais ao invés daqueles do grupo, com isso a meta dos jovens seria a obtenção de prestígio e na falta de recursos financeiros (em alguns casos) ou falta de apoio social muitas vezes faz com que os jovens procurem através de atos violentos alcançar tais objetivos.

Para VELHO (1996)

o crescimento da violência no meio urbano não pode ser compreendido como decorrência exclusiva da desigualdade social. Ela é acompanhada de um “esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais”, bem como da exacerbação do individualismo, que foi assumindo formas mais agonísticas e da impessoalidade que foi, gradativamente, ocupando espaços antes caracterizados face-to-face. MAIA/ VELHO 1996 p.16-7)

A redução das políticas sociais protagonizadas pelo Estado, por conta dos ditames do capital e pelo ideário neoliberal também constitui como motivos para o aumento da desigualdade social.

Com relação ao Estado, CASTELLS (1999) afirma que a crise dos modelos de desenvolvimento econômico tanto do capitalismo como do estatismo motivaram sua reestruturação a partir de meados dos anos 70. As economias capitalistas, empresas e governos estabeleceram várias medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo. Suas características são a globalização das principais atividades econômicas, nova forma de organização espacial da produção, flexibilidade organizacional e maior poder para o patronato em suas relações com os trabalhadores. Para CASTELLS (1999) pressões competitivas, flexibilidade de trabalho e enfraquecimento de mão-de-obra sindicalizada, levaram à redução de despesas com o Estado de bem-estar social, alicerce do contrato social na era industrial.

Lembrando que no Brasil não houve um Estado de Bem Estar Social. O “modelo” mais próximo ao Estado de Bem Estar foi a Constituição de 88, promulgada num momento em que, em outros países, já estava em pleno andamento - desde a década de 70- o que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Segundo NETTO (2003), o projeto do grande capital não exclui a vigência das políticas públicas. O que ele exclui é uma articulação de política social, pública e imperativa, cujo formato tenha como suposto um Estado que ponha limites políticos democráticos à lógica do Capital.

A ineficácia das políticas sociais de educação, saúde, habitação, geração de emprego e renda, etc - contribui para a intensificação da pobreza e da desigualdade social, fazendo com que a parcela da população pobre que necessita da intervenção do Estado se veja sem alternativas, procurando uma solução que poderá surgir através da própria família e comunidade ou através de organizações não governamentais diversas.

Para LESBAUPIN,

Ao se retirar a proteção social dos objetivos do Estado, ao flexibilizar a legislação trabalhista, ao entregar o funcionamento da economia ao sabor do mercado, a política neoliberal promove a “lei da selva” como regulador da vida social: sobrevivem os mais fortes (LESBAUPIN, 2002 p. 58)

O apelo ao consumo como forma de “inclusão” e ascensão social também tem sido usado como justificativa para o aumento da violência. Para COSTA

A ascensão social através do mundo do crime é o caminho, aparentemente certo e fácil, que se apresenta para o jovem, socialmente excluído pela sociedade de consumo do chamado “mundo do asfalto” (COSTA 2004).

Para CANCLINI, as maneiras de consumir nos dias atuais alteram as possibilidades e as formas de cidadania. “As identidades configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui ou daquilo que se pode chegar a possuir.” (2005, p 56)

CANCLINI (1995) afirma ainda que atualmente a lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção, não são a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam.

O consumo não apenas para satisfazer necessidades básicas de alimentação, vestuário e moradia. A aquisição de certos produtos opera como forma de diferenciação entre as pessoas. Não basta, por exemplo, adquirir um tênis qualquer. Determinadas marcas de produtos atribuem certo status a quem os possui, mas para isso esses produtos precisam ser desejados pelos consumidores.

Além de seduzir os destinatários, seu uso deve ser justificado racionalmente. Devem-se convencer as pessoas de que um produto é essencial, mesmo que não o seja.

O consumo é funciona como o lugar de diferenciação e distinção entre classes e grupos, chamando a atenção para os aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora. Existe uma lógica na construção de signos de status e nas maneiras de comunicá-los. (...) Mas se os membros de uma sociedade não compartilhassem os sentidos dos bens, se estes só fossem compreensíveis à elite ou à maioria que os utiliza, não serviriam como instrumento de diferenciação. Um carro importado com novas funções distingue os seus poucos proprietários na medida que quem não pode possuí-los conhece o seu significado sócio-cultural.(CANCLINI, 2005 p56).

Para autores como OLIVEIRA, o apelo desenfreado ao consumo é um determinante da violência e da criminalidade. A globalização relacionada a criação de novas formas de sociabilidade possibilitam a busca por um novo “modelo de cidadão”, aquele que através dos bens materiais consegue adquirir um status. Segundo OLIVEIRA,

de modo não tão imediato, mas com relação descartável, o aumento da criminalidade se relaciona como o aumento de demandas por produtos e bens que não podem ser adquiridos pela maioria. (...) Um mercado mundial globalizado, requer uma criação de demanda continuada com apelos no sentido de associar a dignidade humana, o conforto e a sofisticação (inútil, muitas vezes) dos produtos como algo a ser conquistado a partir da aquisição destas mercadorias, apresentadas com atributos de magia que suscitam o desejo de platéias no mundo inteiro.(...) Na indústria da publicidade todos serão seduzidos, mas poucos serão os consumidores de tantas maravilhas que o mercado pode oferecer.(OLIVEIRA, 2004 p.7-8)

Tornar-se “alguém” na sociedade em que vivemos parece ser o desejo da maioria dos jovens. Ser reconhecido, prestigiado, valorizado pelos familiares, entre

amigos, entre as mulheres, torna-se peça chave para a aquisição de um certo status.

Assim o autor afirma que o consumismo tem hoje um papel importante para se entender o aumento da criminalidade, mas destaca que esse é apenas um dos fatores a ser levado em conta quando se pensa no efeito de sedução que o crime exerce para os agentes, lembrando que essa sedução também atinge as classes favorecidas. A diferença fundamental entre as classes é que enquanto os pobres ficam mais “vulneráveis” à violência, os segmentos mais abastados podem vir a cometer crimes e ao mesmo tempo podem fazer diminuir, ou mesmo excluir, as chances de serem punidos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, os moradores de algumas áreas da Zona Sul (Leblon, Gávea, São Conrado, etc) e Oeste – Barra e Recreio - estão mais “protegidos” de uma série de acontecimentos. Ficam isolados em seus condomínios com modernos equipamentos de segurança, sem contar a facilidade de acesso a locais como shoppings, academias, etc. Locais onde o efetivo da polícia – protegendo os moradores daquela área de crimes e protegendo as residências - é maior. Grande também é o número de pessoas e equipamentos que fazem segurança privada e guarda particular e das ruas. Pessoas contratadas para auxiliar na proteção da rua e das casas. Bem diferente da maioria da população que precisa se “expor” diariamente à possibilidade de ser vítima de atos de violência, seja ao sair para trabalhar às 4 horas da manhã, seja por morar em área comandada por traficantes, etc.

### **1.1 . Jovens e Tráfico de Drogas**

No Rio de Janeiro, onde há uma concentração de morros e favelas, e em razão do fato de serem estas as áreas onde o tráfico acabou por se expandir, não raras vezes pobreza-favela-criminalidade aparecem associadas.

Isto é especialmente sério num contexto, como o da cidade do Rio de Janeiro, onde o poder público não tem conseguido responder, adequadamente, às demandas da população, no que se refere à habitação, saúde, educação, segurança, etc, sendo tal situação mais problemática para a população que vive nestas áreas onde as políticas públicas chegam (quando chegam!) de forma precária. no que se refere à questão da habitação, não há como desconsiderarmos o fato de que, ainda hoje, os índices de favelização estão em plena ascensão: segundo dados do IBGE, pelo menos uma nova favela com mais de 50 casas surge, a cada mês, no município nos últimos dez anos. O censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a cidade ganhou 119 favelas a partir de 1991. O IBGE listou 513 comunidades faveladas em 2000 na capital - um crescimento de 30,2% em relação ao censo anterior, feito em 1991, e de 12,3% levando-se em consideração a recontagem de 1996. No ranking nacional, o Rio ficou em segundo lugar, só perdendo para a cidade de São Paulo em quantidade de favelas. Embora menor do que na capital, o aumento percentual do número de favelas no Estado do Rio alcançou 22,7% - passaram de 661, em 1991, para 811, em 2000. (PONTES, 2001)

Os jovens dessas favelas e áreas pobres do Rio acabam tendo de conviver desde cedo com a violência protagonizada tanto por traficantes como por policiais que, ao chegarem a esses locais costumam tratar a todos de forma violenta / truculenta. Ainda que fossem capazes de fazer tal distinção, isto não justificaria as arbitrariedades cometidas até mesmo contra os “suspeitos” ou criminosos e seus familiares.

Por outro lado os jovens acabam ganhando um estigma simplesmente por morar na favela, passando a ser vistos com desconfiança por grande parcela da população.



O jovem favelado muitas vezes é taxado como mal-educado, propenso ao envolvimento com o “mundo do crime” pois convive diretamente com o fato (violência protagonizada por traficantes e policiais). Quando alguns jovens são apanhados cometendo qualquer delito por vezes são agredidos e mortos por policiais, “justiceiros”. No imaginário de muitas pessoas, a agressão física é uma forma de impor limites aos jovens. Dessa forma o jovem deverá ser punido para que não volte àquele local ou não volte a cometer tal delito.

Para COSTA (2004), alguns segmentos da sociedade ao invés de exigir do Estado medidas para combater/prevenir o envolvimento de jovens com a criminalidade, ao contrário, passou a apoiar teorias que trazem como solução para a questão a redução da maioridade penal. COSTA considera que um fato importante a ser lembrado é que o crime – principalmente o crime organizado em morros e favelas – é uma parte integrante e preponderante da vida dessas comunidades pobres da periferia, esquecidas pelos poderes públicos, tendo como única presença efetiva dos mesmos naquelas áreas apenas a polícia, com toda a carga negativa que esta historicamente representa para as classes menos favorecidas.

Para CALDEIRA (2000), as instituições da “ordem” parecem contribuir para o crescimento da violência em vez de controlá-la. Há o aumento da violência, da ilegalidade e uma tendência a se ignorar o sistema judiciário na resolução dos conflitos. A própria população prefere os métodos privados, extralegais e violentos para lidar com a criminalidade ao invés do reconhecimento e do respeito aos direitos civis. Como resultado, a violência é alta e o número de pessoas que morrem por dia, tanto nas mãos de vigilantes particulares e justiceiros como nas mãos da polícia, é impressionante.

Para CALDEIRA, a polícia é parte do problema da violência. O uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte da polícia é antigo. Durante toda a história da República, o Estado encontrou maneiras de legalizar formas de abuso e violação dos direitos, como de desenvolver atividades extralegais sem punição. A

repressão ao crime tem tido como alvo, sobretudo as classes trabalhadoras e os pobres.

O poder público, em tais regiões, parece isentar-se de seu dever como agente cooptador de recursos, de programas sociais, obras de infraestrutura, dentre outras, deixando brechas sociais, que são aproveitadas pelas organizações criminosas para atuarem nessas comunidades como benfeitores, suprimindo uma responsabilidade do Estado. Nestas, graças à astuta e calculada atitude adotada pelos dirigentes, o jovem favelado encontra dinheiro, fraternidade, respeito e ascensão social no ambiente onde vive, tornando-se "alguém" na sociedade local, embora para a sociedade em geral passe a ser um marginal. (COSTA 2004).

Além da própria violência há outros fatores que levam os jovens ao envolvimento com o crime organizado. Dentre estes estão a má formação dos jovens nas escolas, alta taxa de desemprego – que atinge principalmente aqueles que estão em busca do primeiro emprego - e a precariedade nos serviços públicos, como algumas causas que podem levar o jovem, principalmente os que moram em favelas para o mundo do crime.

Segundo autores como COSTA o discurso presente, sobretudo na mídia incentiva alguns jovens das comunidades pobres ao consumo e portanto ao envolvimento com o crime organizado, dando possibilidade de “usufruírem” dos benefícios do capitalismo.

Fácil, portanto, seduzir um jovem carente que possui como seu sonho de consumo a posse de um tênis "maneiro", roupas de grife, carro e outras utilidades, mostrando ao mesmo que o dinheiro do crime, embora não possa inseri-lo na sociedade "do asfalto", pode lhe dar um lugar de destaque na favela. Esta é, de fato a grande "isca", que leva os jovens ao crime.(COSTA 2004).

Alem do desejo pelo consumo, também é apontada a necessidade de impor respeito na comunidade em que moram.

Já para DIMENSTEIN E ZAMORA (2004), o envolvimento dos jovens com o tráfico requer uma análise que não fique restrita somente aos aspectos econômicos. Esse quadro não pode ser explicado adequadamente se não nos debruçarmos também sobre as relações sociais e familiares estabelecida na condição de desemprego e pobreza que assolam as favelas e periferias. Outros problemas presentes também contribuem para o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas como a falta de equipamento de lazer e acesso a cultura, a baixa escolaridade, domicílios densamente ocupados, entre outros.

Alguns jovens de comunidades pobres que se sentem tentados a usufruir dos bens que sua inserção no tráfico de drogas possa lhes proporcionar também encontram barreiras que são postas pela própria comunidade, de quem eles desejam ser aceitos de alguma forma.

Grande parte dos jovens envolvidos com o tráfico encontra resistência da família que não aceita a situação. Até mesmos os próprios traficantes acabam reconhecendo que não gostariam que seus irmãos e filhos seguissem o mesmo caminho escolhido por eles.

A aquisição de bens materiais, portanto, torna-se limitada ao espaço da comunidade. Mesmo que ele adquira um carro importado, “não poderia” deixar o espaço da comunidade para outros locais da cidade, pois correria o risco de ser detido pela polícia ou assassinado por traficantes rivais. Da mesma forma ocorre com o grande volume de dinheiro que recebe, não podendo sair tranquilamente para adquirir os produtos e serviços que tanto deseja. Mesmo que não lhe seja proibido sair da favela, os riscos de tal atitude são extremos. Dessa forma o espaço da comunidade seria como “seu reino”, fora dele continuaria a ser uma pessoa qualquer. E dentro desse “reino” a disputa para não perder o que foi conquistado é grande, tanto em relação a disputa entre os próprios traficantes pelo comando do

tráfico e demais “cargos” como da própria polícia que a todo momento entra na localidade para tentar prendê-los, assassiná-los e também extorquir dinheiro.

Por conta de um visível aumento no número de favelas e dessas áreas carentes, a associação comum entre jovens/criminalidade/favelas se torna mais evidente na medida em que cada vez mais assistimos escandalizados a notícias de morte de jovens em confronto com a polícia nessas localidades e também crimes cometidos por adolescentes nas ruas da cidade.

## **1.2 . Aumento da Mortalidade de Jovens e Suas Prováveis Causas.**

Com base na pesquisa realizada por ISUNIMO E NEME, de acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 1998 as principais causas de mortalidade no Brasil foram as doenças do aparelho circulatório – responsáveis por 27,6% dos óbitos – e as causas externas, que corresponderam a 12,6% dos óbitos neste ano. Dentre as causas externas, os homicídios dolosos correspondem a 35,7% dos óbitos, enquanto os acidentes de transporte correspondem a 26,4%.

Ao se observar o período de 1980 a 1998, verifica-se que os homicídios vêm apresentando tendência de crescimento entre as causas externas de mortalidade. Em 1980 e 1985, os homicídios correspondiam respectivamente a 19,8% e 23% das causas externas de mortalidade. Em 1990, essa taxa subiu para 31,8% e, em 1995, para 32,3%.

Já em outra pesquisa realizada por CHEQUER (2004) com base nos dados do Mapa da Violência traçado pela UNESCO, este traça um panorama da mortalidade entre a juventude brasileira e revela o crescimento da vitimização jovem, sobretudo em situações violentas como homicídios e acidentes de trânsito. Os dados abrangem a década de 1993/2002. De acordo com o documento, esse

crescimento sempre foi superior ao da população total e passou de 33,3% em 1993 para 38,7%. Nas capitais e regiões metropolitanas, o número é superior a 41% dos homicídios. Separando as faixas etárias em jovens (15 a 24 anos) e não jovens (menos de 15 e mais de 24 anos), é possível perceber os rebatimentos da violência na população jovem.

Em 1980, o percentual de homicídios - segundo essa pesquisa - era de 30%, aumentando para 54,5% (em 100 mil jovens) em 2002. Na população não jovem, esse aumento foi de 21,3% em 1980 para 21,7% em 2002 (em 100 mil habitantes). O relatório destaca esses números para mostrar que "os avanços da violência homicida das últimas décadas no Brasil são explicados, exclusivamente, pelos incrementos de homicídios contra a juventude" (CHERQUER, 2004)

O Mapa da UNESCO destaca, também, que a taxa de homicídios da população negra (34 em 100 mil) é superior a da população branca (20,6 em 100 mil). "A proporção de vítimas de homicídios entre a população parda ou preta é 65,3% superior à branca" . Nos Estados do Acre, Roraima e Paraná verifica-se uma proporção um pouco maior de vítimas brancas. Porém, na Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal esse número ultrapassa os 300% de vítimas negras. A proporção na capital brasileira é de 4 vítimas negras para cada 1 branca.

Uma das explicações para esse fato é de que a população negra visivelmente ocupa os estratos mais baixos da população, sendo a maior parte dos moradores de comunidades pobres. Historicamente isto se colocou em função do lugar a que os negros foram legados com o fim da escravidão. Sabemos que com o termino da escravidão, não se pensou numa alternativa para incluir os negros no mercado de trabalho, sobrando a estes as atividades em descompasso com o processo de industrialização emergente, além de áreas menos privilegiadas no espaço urbano – primeiramente os cortiços, depois, as favelas e áreas periféricas.

Nesse contexto, as famílias negras vão ocupar as moradias mais precárias, sem infraestrutura e a inserção das crianças e jovens ao trabalho é uma necessidade de sobrevivência, como o é hoje, para muitos.

Isso reflete a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. Desigualdade que faz parte de nossa história. Os negros ainda são aqueles que ocupam as vagas do mercado de trabalho menos prestigiadas e possuem menos anos de estudo, agravados pela necessidade de inserção muito cedo no mercado para auxiliar a família. O debate sobre a desigualdade racial no Brasil é sem dúvida polêmico e abrange várias vertentes, o que não pretendo desenvolver nesse trabalho, pois mereceria um estudo mais aprofundado.

Em relação ao sexo, o Mapa da UNESCO mostra que 92,2% das vítimas de homicídios são homens. Entre jovens essa proporção é de 93,8%. As armas de fogo são causas de 14.983 mortes juvenis das 48.196 registradas em 2002. Uma proporção de 31,2%. Em 1998 essa proporção era de 25,7%. Como era de se esperar, nos finais de semana, os homicídios totais aumentam dois terços em relação aos dias de semana.

Os homicídios atingem mais aos homens porque são eles que acabam se envolvendo mais com a criminalidade e principalmente com o tráfico de drogas. As mulheres geralmente acabam envolvidas com o tráfico por serem companheiras, filhas ou irmãs de traficantes.

O fato de terem de demonstrar coragem e virilidade a todo o momento também expõe esses homens ao risco de morte. É exigido dos meninos demonstrações de masculinidade desde muito cedo. Eles devem aprender a beber, mostrar força e disposição para enfrentar outros e sair para conquistar o maior número de meninas possível. Atos de coragem e agressividade reforçam esse aspecto do masculino, do ser homem.

### **1.3. A Relação entre Mídia e Violência.**

A associação entre jovens pobres e criminalidade também é reforçada pela mídia, que ao explorar o assunto cria um clima de desconfiança e medo em relação a esses jovens.

Segundo MADEIRA (1999) em seu estudo sobre crianças e jovens que praticam atos criminosos em escolas, este afirma que

o empenho e o envolvimento da mídia com a seqüência de manifestações criminais praticadas por crianças e adolescentes (...) ocasionam o aparecimento de representações sociais do crime e da violência que incentivam o sentimento de insegurança das pessoas através do exagero ou excessiva exposição de notícias sobre o crime. (MADEIRA, 1999 p.3)

Para a autora a literatura, sobretudo a internacional, está farta de exemplos de situações que mostram que atos de criminalidade praticados por adolescentes e muito veiculados pela mídia são especialmente propícios para gerar representações sociais que criam ou fortalecem um clima de pânico social.

Para TEIXEIRA e PORTO (1998), esse imaginário do medo, bem como sua concretização, tem suas raízes paradoxalmente fincadas, por um lado, numa crença infinita na razão, que pretende explicar o medo por meio do conhecimento científico e eliminar simultânea e gradativamente formas simbólicas de tratá-lo; por outro, num excessivo individualismo próprio do liberalismo moderno, que vem promovendo, cada vez mais, o distanciamento entre os indivíduos. Ambas as atitudes – racionalizadora e individualista – têm como fundamentos justificadores e legitimadores uma visão etnocêntrica predominante, cujas conseqüências concretas são a marginalização e a exclusão do diferente, do Outro.

O imaginário do medo ocupa um espaço material no corpo, ou seja, tem uma inscrição corporal, porque, além de ser provocado por ameaças externas reais ou imaginárias, está associado às imagens da

angústia original devida à emergência da consciência da Morte, e às experiências negativas advindas dessa consciência. O desejo fundamental buscado pela imaginação humana é reduzir essa angústia existencial, através de seu princípio constitutivo que é o de representar, simbolizar as faces do Tempo e da Morte, a fim de controlá-las e às situações que elas representam. (TEIXEIRA e PORTO, 1998:54)

As autoras ainda afirmam que a forma com que os meios de comunicação passam as imagens de violência faz com que sejam criadas medidas equivocadas para seu combate. Nesse contexto o Estado passa a tomar medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais e imaginárias, principalmente de alguns setores da sociedade, em especial, a classe média. Além disso, justifica atitudes como a legalização do porte de armas, a criação de empresas de segurança e o apoio à privatização da polícia. Cria, ainda, uma indústria de segurança – grades, seguros, alarmes – que, na maior parte das vezes, fornece mais proteção simbólica que real.

Já para EGLER (1992) as imagens veiculadas pela mídia fazem parte de um recorte da realidade que as classes detentoras de poder desejam que seja abordado, podendo assim manipular as formas de combate e as políticas voltadas para o setor.

a imagem televisionada é resultante de um recorte sobre a realidade e esse recorte é parcial e corresponde à parcialidade que se deseja representar. Ela se constitui num elemento de intermediação que realiza suas próprias escolhas entre realidade e a sociedade. Capta, produz e divulga as imagens que um determinado olhar deseja representar. (EGLER, 1992:69)

Ao realizar uma pesquisa sobre as notícias veiculadas pelos telejornais de uma grande emissora de televisão, a autora chega a conclusão que a violência tem se mostrado como uma das questões mais apontadas nos últimos anos. A pesquisa enfocava os telejornais com notícias sobre o Rio de Janeiro e verificou que na



sucessão de imagens que são apresentadas, na grande maioria das vezes, a programação é iniciada com fatos relativos à violência, em suas diferentes formas: seqüestros assassinatos ou acidentes. Passa, alternadamente por questões ligadas a políticas públicas, ecologia e movimentos sociais, finalizando com a valorização de ações comunitárias e atividades culturais.

É uma fotografia da cidade que fala da violência cotidiana que se manifesta sobre os estratos médios e altos da sociedade (...) É produzida uma imagem de insatisfação social, tanto nos depoimentos que são prestados pelos sujeitos da violência como daqueles que exercem cargos de poder, que posicionam em defesa dos direitos de cidadania. EGLER (1992:71)

## **PARTE 2**

# **O ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL**

## **2. O TRATAMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

As políticas destinadas aos jovens por longo período na história do Brasil foram marcadas por ações que oscilaram entre o controle e a assistência social. Para BELLUZO e VICTORINO (2004) esse padrão revela a baixa permeabilidade social às noções de respeito à cidadania, sobretudo no tocante aos direitos desse segmento. Esse reconhecimento de direito só começou um processo de ampliação a partir da segunda metade do século XX.

Até que se chegasse ao reconhecimento das crianças e adolescentes como portadores de direitos, avanços e retrocessos ocorreram e as conquistas foram consagradas apenas no final do século XX.

No início (metade do século XIX) as políticas de atendimento visavam apenas aos órfãos. Na época o número desses órfãos crescia e algo tinha de ser feito para assisti-lo.

Nesse contexto, as primeiras ações tiveram por inspiração mecanismos utilizados na Europa de então, denominados "roda dos enjeitados" ou "roda dos expostos", que contavam com a participação da Igreja, eram apoiadas pelo Estado e executadas por Santas Casas de Misericórdia e orfanatos.

O ingresso de crianças em orfanatos ou instituições religiosas se dava originariamente pela simples aceitação social de práticas de abandono, normalmente decorrentes de situações de carência material dos pais. No entanto, a manutenção dessas crianças em instituições similares constituía processo mais complexo, apoiado por determinações e procedimentos da área médica, por concepções e regulamentações jurídicas e por ações de caráter filantrópico, normalmente assumidas pela Igreja Católica. (BELLUZO e VICTORINO. 2004)

Tais práticas refletiam a forma pela qual a sociedade entendia e tratava a infância e adolescência pobre ou abandonada, ou seja, esvaziada de direitos e submetida aos interesses da coletividade.

O tratamento público que era destinado à criança órfã e pobre visava assisti-los, mas principalmente afastá-los de uma vida de "vadiagem", integrando-os aos ideais do mundo do trabalho. Essa preocupação aumentou com o crescimento das cidades e de seus problemas sociais, no início do século XX. A sociedade se via diante da ameaça representada pela permanência de grupos de menores que começavam a perambular pelas ruas das cidades. A opinião pública reforçava o mal-estar em torno do fenômeno em questão, contribuindo para que este fosse considerado um problema ou demanda social.

A partir daí, verificou-se a necessidade de uma legislação para tratar a infância e juventude sobre responsabilidade do Estado. Mas o que prevaleceu foi

uma abordagem repressiva em detrimento do amparo e reconhecimento dos direitos infante-juvenis.

Em 1930 a situação de carência infante-juvenil passa a ser tratada de forma integrada ao quadro de pobreza da família. Assim, à abordagem predominantemente jurídica e de controle social acrescentava-se a assistencial, voltada ao amparo à maternidade, à infância e à adolescência.

Nos anos 40 o foco passa a ser as exigências do mercado quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Pela primeira vez, o Estado apoiava ações destinadas à formação dos segmentos jovens para o trabalho técnico, ainda que mantivesse intervenções destinadas ao controle e amparo de parcelas dessa população. Foram então criados o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942 e SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio) em 1946.

De forma concomitante às novas ações públicas empreendidas, chegava ao país, em 1948 (dois anos após sua criação), o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, contribuindo para reforçar a urgência de se instituir patamar próprio às questões da juventude. (BELLUZO e VICTORINO. 2004)

No cenário do pós-guerra as questões da infância e adolescência ganharam grande relevância, sobretudo no cenário internacional.

Os efeitos perversos da Segunda Grande Guerra trouxeram ao mundo novas exigências, impondo ao contexto internacional a urgência do resgate e da valorização dos direitos humanos e sociais, então brutalmente combatidos pela guerra. O papel de instituições internacionais na luta pelo resgate desses direitos, sobretudo para os segmentos jovens, mostrou-se decisivo, destacando-se as ações da Organização das Nações Unidas - ONU e da Organização dos Estados Americanos - OEA. (BELLUZO e VICTORINO. 2004 p. 5)

A segunda metade da década de 70 caracterizou-se por avanços e recuos no processo de liberalização do regime e pela permanente resistência por parte de setores da sociedade civil e da oposição, no Congresso, na luta pelo restabelecimento do Estado de Direito.

Nesse contexto, os problemas da infância e adolescência voltam a conquistar expressão pública, tornando-se objeto de pressões que resultaram em ações de caráter diverso daquelas propostas pelo regime vigente, com destaque para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Menor, em 1976, e a criação da Pastoral do Menor, em 1978. Essas ações encontravam respaldo em proposições de organismos internacionais, como as Nações Unidas. Esta elegeu 1979 como Ano Internacional da Criança, reforçando a urgência de resposta adequada às demandas específicas da infância e chamando a sociedade e o Estado a cumprirem suas responsabilidades diante das questões identificadas. Assim, politizou-se a discussão voltada aos problemas dos segmentos menos favorecidos socialmente. (BELLUZO e VICTORINO. 2004)

A partir de então os debates acerca dos direitos das crianças e adolescentes fizeram parte de movimentos sociais amplos e comprometidos com a temática. O Estado foi chamado a assumir a responsabilidade diante da questão da infância e juventude.

A Constituição de 1988 estabeleceu às diretrizes nas quais a criança e o adolescente figuram como sujeitos de direito e foi aprovado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, marcando portanto, o compromisso da sociedade brasileira em promover mudanças destinadas à valorização dos direitos e à realização das potencialidades da criança e do adolescente, além de fornecer garantias de proteção a esses segmentos.

## **2.1. Os Códigos de Menores.**

A história do tratamento as crianças e adolescentes infratores no Brasil merece uma abordagem à parte devido aos caminhos que foram tomados historicamente no trato deste problema.

Para RIZZINI (1997) as transformações econômicas, políticas e sociais, que marcaram o final do século XIX e início do século XX fez com que o conceito de infância adquirisse novos significados e uma dimensão social até então inexistente. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para “tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 1997 p 24)

Estabelece-se uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscando atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza. “A degradação das classes inferiores é interpretada como um problema de ordem moral e social” (RIZZINI 1997 p 26)

A autora lembra ainda que foi atribuído à medicina o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. A medicina higienista atuaria no âmbito doméstico, mostrando-se eficaz na tarefa de educar as famílias a exercerem vigilância sobre seus filhos.

Nesse período surgem no Brasil os primeiros “institutos de atenção à criança”: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, fundado em 1899, pelo Dr. Arthur Moncorvo Filho e o Instituto Disciplinar de São Paulo, criado em 1902.

Essas entidades surgiram com o objetivo de oferecer abrigo a crianças pobres e desamparadas ou educar os menores que vagavam pelas ruas, no início do século. Assim, desde então, a rua era fonte de riscos e perigos inconcebíveis no discurso dos ideólogos da época.

Com relação às penalidades, a redução da idade penal entre o início do século XVII e final do século XIX, já mostrava o rigor e repressividade das regras na questão da infância. O Código Criminal do Império, de 1830, em seu art. 10

estabelecia a penalização a partir de 14 anos de idade. O Código Penal de 1890, bem mais rigoroso, em seu art. 27 trabalhava com a responsabilidade penal a partir dos 9 anos de idade, e propunha a penalização, tomando como critério o engajamento no trabalho, ou seja, aqueles menores que desenvolviam uma atividade com discernimento eram passíveis de penalização.

Em 1923 é criado o primeiro Juizado de Menores do Distrito Federal, precedendo a promulgação do primeiro Código de Menores pelo Decreto 17.943-A, em 1927, representando o momento no qual o Estado, pela primeira vez no Brasil, assumia de forma clara e definida a questão da infância.

O Código de 27, primeira consolidação de leis sobre assistência e proteção a “menores”, toma como objetivos o “menor”, de um ou de outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade, reconhecendo assim duas condições possíveis no universo de pobreza: o abandono e a criminalidade.

Nesse período o termo “menor” foi utilizado para que se fizesse uma separação entre a criança pobre que ficava nas ruas ou cometendo pequenos delitos das crianças consideradas “normais”, dentro de um padrão de educação e moral estabelecidos.

Segundo JUNIOR (1992), o “menor” que se encontrava inserido na mesma faixa etária da criança seria uma triste exceção, pois estaria em uma situação irregular decorrente de sua origem em famílias “desequilibradas” de baixa renda. Estes figuram como personagens perigosos no cenário da violência urbana, sendo despojados de seus atributos e características infantis. São vistos como um perigo a ser contido, caso de polícia e de ressocialização .

O autor continua afirmando que o discurso em que supostamente se daria a preocupação com a assistência e ressocialização dessas crianças e adolescentes nada mais é do que uma preocupação e um medo da sociedade de se proteger e proteger seu patrimônio desses “elementos”. O Estado produz então um aparato

legal destinado a conter e regradar a infância pobre, e não atacar as reais causas produtoras da desigualdade social existentes.

Esse Código (1927) trouxe o início do atendimento às crianças e aos adolescentes através de uma política específica, onde utilizava para os adolescentes infratores o internato, o perdão cumulado com advertência (semelhante a atual remissão) e a liberdade vigiada.

Em 1930, a política adotada enfocava a família como elemento participativo no desenvolvimento da criança e do adolescente, e a sociedade como responsável pela garantia do direito de proteção aos mesmos, isentando assim, o Estado de qualquer responsabilidade. O fundamento era a necessidade de proteção e assistência do Estado contra o abandono, os maus tratos e as influências desmoralizadoras exercidas sobre os menores. Nesse momento o código atuava especificamente sobre a ausência da família em cuidar da criança ou adolescente e em caso de “desvio” de conduta da criança, a família era tida como responsável pelo fato - reafirmando o código de 27- , onde se investigavam as condições “morais” daquela família. Caso constatada alguma irregularidade a família poderia perder o pátrio poder.

Com a necessidade da elaboração de um Código que disciplinasse as condutas passíveis de penalização de criança e adolescente, em 1940 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, órgão subordinado ao Ministério da Justiça possuindo um caráter Correcional-repressivo, e que adotava internações e assemelhava-se a um sistema penitenciário.

O SAM surgiu em substituição ao Instituto Sete de Setembro, mantendo o objetivo de assistir os infratores. Entretanto, com o passar dos anos, sua atuação marcou-se por uma estrutura administrativa burocrática, pouco eficiente, sem autonomia e flexibilidade e por uma política repressora. Suas instalações físicas eram inadequadas: os menores ficavam amontoados em situações promíscuas, possuía técnicos despreparados, dirigentes omissos e eram freqüentes os espancamentos sofridos pelas crianças. Alguns juízes passaram a condenar o SAM



como fábrica de delinqüentes, escolas do crime, lugares inadequados, sistema desumano, ineficaz e perverso (FALEIROS, 1995).

Buscando escapar desta situação, criou-se no ano de 1964, a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) e seus órgãos executores (Fundação Estadual de Bem Estar do Menor, etc.), em substituição ao SAM. Toda a atuação desenvolvida por estas instituições era diretamente dependente da esfera federal. Os ideais iniciais da FUNABEM eram bastante ambiciosos: pesquisar métodos, testar soluções, estudar técnicas que conduzissem à elaboração científica dos princípios que deveriam presidir toda a ação que visasse à reintegração do menor à família e à comunidade. Sua meta era a abordagem preventiva e sócio-terapêutica.

A tecnocracia e o autoritarismo que caracterizaram a FUNABEM, aliada aos interesses dos juizes de menores fizeram com que fosse promulgada, em 1979, o novo Código de Menores que cria o menor "em situação irregular", desde o abandonado ao autor de infração penal.

Mais tarde como sabemos o quadro se repetiu e a FUNABEM necessitou ser extinta pelos mesmos motivos que o SAM o fora: condições físicas insalubres e inadequadas e maus-tratos sofridos pelos menores internos nas unidades oficiais, que iam desde a violência física, estupros, uso de psicotrópicos e toda sorte de ações que visavam fazer o menor perder a sua individualidade e sua capacidade de pensar (LUPPI, 1987).

Na fase da criação do Código de Menores de 1979 as crianças e adolescentes ainda não eram vistos como sujeitos de direitos.

ROURE (1996) , afirma que nesta lei, desconsiderava-se que a problemática da marginalização de crianças e adolescentes das classes populares era uma questão econômica, consequência de um sistema que se sustenta em estruturas desiguais.

O 'código de menores' concebia que a família era a principal responsável pela situação de marginalização em que seus filhos se encontrassem. Os pais eram, desta forma, responsabilizados pelo estado de "situação irregular" de seus filhos. (...) As medidas punitivas-coercitivas da lei aplicavam-se, desta forma, tanto aos pais que podiam receber advertência, suspensão ou destituição do pátrio-poder ou responsabilizar-se a submeter seu filho a tratamento determinado pela autoridade judiciária, quanto aos filhos que poderiam ser colocados em lares substitutos, casas de internação e liberdade semi-assistida. (...) Esta era uma lei baseada em um modelo burguês de infância. As diferenças de valores e comportamentos eram considerados como desvios que deveriam ser corrigidos e compensados. ROURE ( 1996 P.72-73)

Atendendo às exigências sociais do final dessa década, é celebrado o Ano Internacional da Criança, fazendo crescer no Brasil a atuação do UNICEF. Acontece, em 1979, uma mobilização geral que foi além dos órgãos oficiais atingindo as camadas populares, através de suas próprias organizações, gerando a criação do Movimento em Defesa do Menor em São Paulo.

A partir de 1980, a sociedade, através de movimentos populares, iniciou uma discussão sobre a questão do atendimento institucional do menor em entidades como FEBEM e FUNABEM. Foi justamente na década de 80, devido à recessão econômica e ao empobrecimento, que o número de crianças e adolescentes nas ruas veio a aumentar ou ganhar visibilidade. Foi também nesse período que o chamado "menor" passou a ter uma nova designação, ou seja, a de menores de rua que são os que vivem nas ruas, e de menores em situação de rua, de forma a se fazer distinção entre a criança e o adolescente que trabalham e as que ficam meramente ociosas ou praticando delitos.

Nessa década setores da sociedade civil organizada pressionam por mudanças na legislação não só em relação às crianças e adolescentes, mas também por demais direitos de cidadania. Como avanços desse processo a população infanto-juvenil começa a ser vista como portadora de direitos e não apenas como simples objetos de tutela.

Os órgãos oficiais, por outro lado, continuaram seguindo com os mesmos propósitos durante toda década de 80. A FUNABEM, em 1987, ainda enfocando a relação pobreza e criminalidade conceitua a situação de alto risco. Sob efeito das críticas ao sistema vigente, se dá o início da desconstrução do modelo punitivo-repressivo no tratamento da problemática da infância e da adolescência.

Em 1985, surgiu o MNMMR, que em 1986 já organizava o primeiro encontro nacional de meninos de rua, colocando os jovens para debater a violência, família, saúde. Os documentos que saíram desses debates se transformaram em uma das peças-chave que ajudaram na criação do ECA..

Entidades da sociedade civil também elaboraram em junho de 1987 a Emenda Popular “Criança-Prioridade Nacional” e desencadearam uma mobilização nacional para a coleta de assinaturas. Esta emenda foi apresentada ao Congresso Nacional com mais de 250 mil assinaturas.

A articulação que se iniciou desembocou na criação do Fórum DCA que passou então a ser o principal interlocutor da sociedade civil para a questão da criança e do adolescente junto ao Congresso Nacional e o principal articulador da ampla mobilização social pela inclusão da Emenda na Constituição.

A Constituição Federal de 1988 inova na proteção à criança e ao adolescente ao adotar a doutrina da proteção integral, diferenciando da doutrina da situação irregular vigente até então com o Código de Menores. A doutrina da situação irregular tinha como objeto legal apenas os menores de 18 anos em estado de abandono ou delinqüência, sendo submetidos pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção.

A constituição vai “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. ( CF, art. 207)

Para FRANCHI (2005) no Brasil, a “questão do Estatuto”, discutida no final dos anos 1980, se dava dentro do âmbito mais geral do processo de democratização do país, da discussão da alteração do panorama legal e da criação da nova constituição. O ECA nasceu fundamentado na Constituição Cidadã de 1988 que, em seus artigos 227 e 228, implementando a revogação do Código de Menores, afirma a criança como sujeito de direito e inimputável antes dos 18 anos de idade. “O Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), junto com a Unicef, tentou mudar o panorama legal para criar, por meio da participação de vários setores da sociedade civil e de entidades internacionais, instrumentos para regulamentar esses dois artigos da Constituição Federal. Foi um processo de mobilização nacional extraordinário.

O ECA veio ao encontro da Constituição Federal e logo em seu primeiro artigo enfatiza a proteção integral da criança e do adolescente. O artigo 3º, por considerar os menores pessoas em desenvolvimento, assegura-lhes todas as oportunidades e facilidades *"a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade"* (ECA, art. 3º).

Para ROCHA E PEREIRA (2004), a grande vantagem de se enunciar direitos é que esses passam a ser exigíveis. Surge a possibilidade de acionar o aparato estatal diante da ameaça de qualquer direito assegurado pela Constituição e/ou pelo ECA. O Estatuto prevê instrumentos para a efetivação destes direitos, como: a possibilidade de varas especializadas da infância e juventude nos Estados e no Distrito Federal; a intervenção obrigatória do Ministério Público nos procedimentos em que não for parte; políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente; os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

O ECA abandona a dicotomia que o antigo Código de Menores firmava entre Menor e Criança e confere deveres à família, à sociedade e ao poder público, de assegurar os direitos da criança e do adolescente. Ainda previu a implantação de uma complexa rede jurídico-administrativa, que pudesse levar a todo o Brasil e a

todas as crianças e aos adolescentes, as mudanças que a lei introduziu. Essa rede forma-se de Conselhos de Direitos que foram criados em três níveis: federal, estadual e municipal.

A autora OLIVEIRA (2002) lembra que esse momento de conquista e avanço no social expressos pela Constituição e pelo ECA acontecem quase que ao mesmo tempo em que se começa a implantação do projeto Neoliberal no país, trazendo em seu futuro conseqüências imediatas para as camadas mais pobres da população. Privilegiando-se índices econômicos em detrimento dos índices sociais, somando-se a isso a insensibilidade presente nas classes dominantes e mesmo nos segmentos médios, pelo destino das classes populares.

## **2.2 . As Políticas Públicas**

ROCHA (2002) afirma que existem na sociedade intelectuais, políticos e grande parte da população que defendem políticas publicas que visem a proteção integral da criança e do adolescente, para inseri-los no convívio familiar e social, com medidas sócio-educacionais e investimentos pesados do Estado na geração de emprego e renda e oportunidades que tirem os jovens de situações vulneráveis – possíveis “situações de risco”. Para os que partilham dessas idéias, o Estatuto da Criança e do Adolescente representa a conquista legal do reconhecimento de direitos para esse grupo vulnerável.

Em contrapartida dos segmentos que acreditam nos avanços do Estatuto da criança e adolescente, significativos setores da sociedade acreditam que a punição hoje aplicada a jovens infratores são brandas demais, portanto os crimes devem ser punidos com penas mais severas, condizentes com a gravidade dos crimes cometidos.

Para COSTA (2004), nos últimos anos “a sociedade surpreendeu-se ao descobrir que o crime organizado do Rio de Janeiro, usava as crianças das favelas

como "olheiros", dando aviso da aproximação da polícia com rojões ou empinando pipas". Mais tarde, sabendo que o Comando Vermelho havia constituído grupos de adolescentes na faixa etária entre 12 e 17 anos, usando-os como "soldados" nos esquadrões de segurança do tráfico, encarregados de tarefas antes confiadas aos adultos, tais como a proteção das "bocas de fumo" e pontos de venda de cocaína, barreiras em ruas e avenidas, patrulhamento das áreas das favelas, o "justiçamento" de delatores e de inimigos e, até, confrontos diretos com policiais, a surpresa tornou-se espanto e revolta".

Segundo ROCHA, o ECA é uma "lei polêmica", objeto de acirradas críticas de setores da magistratura, do legislativo e da administração pública. Esse coro contrário à implementação do ECA contou com imenso apoio dos meios de comunicação de massa, que se incumbiram de disseminar no senso comum a opinião de que esta é uma lei que "protege bandidos".

Nesse caso, passa-se a discussão de penas mais rigorosas para os crimes cometidos por esses adolescentes e a diminuição da maioridade penal. Assim os adolescentes que cometem essas infrações deveriam cumprir uma "pena" como se fossem adultos.

Para SANTOS (2002), no Brasil, a "maioridade penal já foi reduzida", crianças de 12 anos já cumprem medidas que desrespeitam o ECA, medidas estas que isentam os culpados da responsabilidade pelo desrespeito aos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente, previstos na Constituição Federal. Ainda segundo sua análise, os menores de idade também respondem duramente pelos crimes que cometem, assim como os adultos. Mesmo se considerando (no ECA) a adolescência como uma fase de desenvolvimento, o adolescente que comete atos infracionais pode ser internado (preso), processado, sancionado (condenado), e se for o caso, cumprir a medida (pena), em estabelecimento educacionais que são verdadeiro presídios.

A internação em estabelecimento educacional, a inserção em regime de semi-liberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade,

algumas das medidas previstas no Estatuto da Criança e do adolescente (art. 112), são iguais ou muito semelhantes às aquelas previstas no Código Penal para os adultos que são: prisão, igual à internação do adolescente; regime semi-aberto, semelhante à inserção do adolescente/jovem em regime de semi-liberdade; prisão albergue ou domiciliar, semelhante a liberdade assistida aplicada ao “menor”; e a igual prestação de serviços à comunidade.

SANTOS também reconhece que ao criar as medidas sócio-educativas, o legislador tentou dar um tratamento diferenciado as crianças e adolescentes, reconhecendo neles a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Nessa linha,

as medidas deveriam ser aplicadas para recuperar e reintegrar o jovem à comunidade, o que lamentavelmente não ocorre, pois ao serem executadas transformam-se em verdadeiras penas, completamente inócuas, ineficazes, gerando a impunidade, tão reclamada e combatida por todos. (SANTOS, 2002)

Para o autor, assim como nas penas aplicadas aos adultos, essas medidas que deveriam “recuperar” os adolescentes não funcionam como previsto pelo ECA.

No processo de execução dessas medidas, esta é a verdade, as medidas que se transformando em castigo, passam a revoltar os “menores”, os “maiores”, a sociedade, não recuperam ninguém, a exemplo do que ocorre no sistema penitenciário adotado para os adultos. (SANTOS 2002).

O problema que se coloca, portanto, não é a da redução da maioria penal e sim a forma como são aplicadas as medidas sócio-educativas, que precisam ser repensadas, corrigidas e postas em funcionamento e além disso, aperfeiçoadas, buscando assim o afastamento real dos jovens que se envolvem em crimes.

Para SANTOS,

o Estado, o Poder público e a Sociedade, que tem por obrigação garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, não podem, para cobrir suas falhas, que são gritantes e vergonhosas exigir que a maioria penal seja reduzida (...). Ora quem está em situação irregular nesse caso não são as crianças e adolescentes, mas o Estado, que não cumpre suas políticas sociais básicas e a sociedade que não exige do poder público a execução de políticas públicas sociais dirigidas à criança e ao adolescente.(SANTOS, 2002)

## **PARTE 3**



# **O TRABALHO DAS ONG NO BRASIL**

## **3. O SURGIMENTO DAS ONG E COMO TRATAM DA QUESTÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.**

A intensificação dos trabalhos realizados pelas ONG à partir da década de 90, tem como base principal as reformas do Estado nas Políticas sociais. Com a diminuição dessas políticas o Terceiro Setor, as ONG e outras instituições encontraram caminho aberto para a expansão de seus projetos.

Ainda na década 80 no Brasil, as crises econômicas, políticas e sociais, redefiniam as relações entre Estado e Sociedade trazendo consequências para as Políticas Sociais.

O Estado passa a intervir nas relações econômicas em prol do capitalismo, anulando praticamente os direitos do cidadão ao privatizar os serviços públicos numa política neoliberal que restringe direitos civis, sociais e políticos, conquistados ao longo da história, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e demais legislações pertinentes.

O modelo que se prega - principalmente à partir da década de 90 no Brasil - é da necessidade de um Estado mínimo (para o social) e em contrapartida apela-se para a solidariedade através de Programa como o Comunidade Solidária, onde a sociedade civil assume a responsabilidade de realizar serviços atribuídos à ação do Poder Público, facilitando uma expansão do Terceiro Setor e do trabalho das ONG.

Neste contexto de precarização das políticas sociais e assistenciais estatais, agora multifragmentadas, o Estado se apresenta como parceiro da sociedade nas práticas filantrópicas e caritativas. “É neste espaço que surgirá o que é chamado de “terceiro setor”, atendendo a população excluída ou parcialmente integrada. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal” (MONTAÑO, 2001: 11).

O desmonte do Estado e das políticas pública e a crescente mobilização da sociedade civil impulsionada pelo ideal da responsabilidade social, contribuiu para explica hoje o grande número de Organizações Não Governamentais que se dispõe a tratar dos mais variados temas e dentre estes também os referentes à proteção das crianças e adolescente. Instituições essas que contam com recursos cada vez mais significativos para a implementação de seus trabalhos em diversas localidades do Estado.

O trabalho realizado por ONG além de diversificados apresentam diferentes abordagens da questão. Muitas foram às tentativas por parte da sociedade de solucionar problemas que afligiam a população pobre, seja as ações organizadas

pela igreja e por damas de caridade – ações evidentemente filantrópicas – e ações realizadas por políticos – ações de cunho clientelista.

Mas foi à partir da década de 1980 – como exposto anteriormente - que as ONG alcançaram um significativo crescimento no Brasil, assumindo um papel de destaque na sociedade. Mesmo que as ONG e ações voluntárias já existissem, foi nesse momento em que se popularizou esse termo e se observou o crescimento e o impacto da ação dessas organizações sobre a dinâmica da sociedade.

Nessa década essas organizações foram percebidas como iniciativas para solucionar determinados problemas sociais. Eram baseadas no trabalho voluntário e compromissadas com o ideal de justiça social e solidariedade. Era uma visão romântica de comprometimento com o cidadão e com a sociedade.

Com a sociedade brasileira recém saída de um regime autoritário, os trabalhos das ONG foram vistos com “bons olhos” em um momento em que essa sociedade se engajava numa luta por direitos sociais e onde os movimentos sociais e dos trabalhadores era ainda forte.

Já que nesse momento havia paralelamente a discussão sobre os direitos das crianças e adolescentes em estado de pobreza no Brasil, esse seria segundo alguns autores um dos motivos que levaram a várias ONG a escolherem esse segmento social como objeto de sua atuação. Em tempos recentes as críticas à atuação do Estado com essa faixa etária (crianças e adolescentes pobres) e a falta de políticas públicas para o atendimento de jovens se tornou o discurso oficial para justificar esse aumento da atuação das ONG nessa cenário.

Segundo OLIVEIRA (2002) os movimentos sociais que, na década de 70, eclodem em todo o país, são múltiplos em suas características e heterogêneos quanto às demandas solicitadas e quanto aos diferentes grupos sociais que participam de suas manifestações. Desse modo, as entidades passam a atuar em diversas frentes, dirigindo suas ações a mulheres, índios e a grupos marginalizados, entre eles crianças e adolescentes situados nos estratos inferiores da sociedade.

A preocupação com o segmento infanto-juvenil, manifesta-se a partir da instauração da CPI do Menor em 1976. As revelações da Comissão Parlamentar sobre as reais condições de vida de milhões de crianças sem escola, sem casa, sem comida, contribuíram, sem dúvida, para o aprofundamento das discussões acerca das políticas sociais e das alternativas possíveis na abordagem do problema.(OLIVEIRA, 2002 p.3)

Levando em consideração as análises de outro autor (BRASIL, 1976) OLIVEIRA ainda afirma que o diagnóstico elaborado pelo Legislativo configura o reconhecimento oficial da falência das ações governamentais existentes, as quais mostraram-se ineficientes no trato do problema.

VALLADARES (1988) afirma que a problemática, além de amplamente debatida na Brasil também adquire dimensão internacional. O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), por sua vez, redireciona suas ações para o Brasil e passa a investir em ações comunitárias para a colaboração em programas destinados à (suposta) melhoria da qualidade de vida de meninos e jovens pertencentes a setores desfavorecidos da sociedade.

As entidades de atendimento às crianças e adolescentes que multiplicam-se em todo o país e o MNMMR também contribuíram para o aumento das pressões por soluções governamentais na área da infância e juventude.

Assim, com propostas de ações alternativas às políticas governamentais, surgem diversas ONG que, dentre outros aspectos, se comprometem a desenvolver um trabalho preventivo em comunidades pobres, pois nesses locais que se encontra uma parcela significativa da população infanto-juvenil, desassistida e à mercê de políticas governamentais não concretizadas.

### **3.1 – A Transformação do Perfil das ONG e a Utilização dos Recursos.**

Atualmente observamos uma mudança no perfil das ONG. Se antes se constituíam de organizações pequenas, com gestão praticamente amadora, com ações de impacto restrito e com seu efetivo composto na sua maioria por voluntários, hoje, mesmo que existam ainda muitas organizações desse tipo, nos deparamos com outras que ocupam espaços políticos, econômicos e sociais, até então só ocupados pelo Estado e por grandes corporações privadas. Atuando nas mais diversas áreas – como assinalado anteriormente - existem ONG que contam com centenas de trabalhadores e movimentam milhares de reais por mês.

Segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas e publicada no jornal Estado de São Paulo em fevereiro de 2005, aproximadamente 55% das ONG se mantêm com recursos públicos. A União, Estados e municípios adquiriram bens e serviços para essas ONG no valor de R\$ 120 bilhões em 2003. Já o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) registrou em 2003 transferência de R\$ 1,386 bilhão do Tesouro federal para instituições privadas sem fins lucrativos. Até 27 de julho deste ano, outros R\$ 486 milhões já haviam sido repassados. Dessas 55%, a soma de 30% que vivem de recursos próprios, públicos e privados; 11% que recebem dinheiro público e privado; 10% com recursos próprios e públicos; e 4%, exclusivamente públicos.

As empresas privadas têm demonstrado grande interesse em ações voltadas para a filantropia e diversas ações sociais. Nesse caso o que se busca com a chamada “filantropia empresarial” sem dúvidas são as facilidades fiscais e por outro lado uma propaganda que parece ser um “bom negócio” para essas empresas (o “marketing social”). Pensando bem nisso, quem não se sente bem em adquirir um produto em que o fabricante se preocupa com a preservação da natureza e tem um instituto que cuida bem disso ou adquirir produtos de uma outra empresa que tem um programa voltado para auxílio ‘As crianças de determinada favela.

Para PINHEIRO, na atualidade,

o acirramento da concorrência tem produzido no empresariado as estratégias que otimizem não somente seus processos produtivos, mas toda comunidade que o circunda. Ou seja, conforme a atual dinâmica do campo econômico, são produzidas as iniciativas que rompam as fronteiras entre as práticas internas e externas das organizações, criando condições do produto ser produzido e consumido, despertando o interesse de investidores, colaboradores e consumidores. Daí a prática de interações com escolas, hospitais, ONG, dinamizando as relações entre campo social e econômico, sob a denominação de filantropia empresarial: termo relacionado a estratégia e ao uso estratégico da filantropia, defendido como uma vantagem competitiva para as empresas. (PINHEIRO, 2005)

O crescimento das ONG sem dúvida está relacionada a intensificação da pobreza e da desigualdade social, como uma forma de reação da sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais, enquanto a ação do Estado é cada vez mais ausente.

### **3.2. O Ideal da Participação da Sociedade – A Responsabilidade de Todos**

A idéia disseminada, principalmente a partir da década de 90 é da necessidade de participação popular para amenizar as desigualdades sociais. Nessa ótica a responsabilidade passa a ser dos cidadãos. A partir de então as políticas de governo inserem programas que conclamam a participação das pessoas como “parceiros do Estado” para resolver os problemas sociais. Daí surgem programas como o Comunidade Solidária e o Fome Zero.

Segundo YAZBEK (2004), uma hipótese para melhor entender as razões das ambíguas estratégias de enfrentamento à pobreza no âmbito da política social brasileira é o reconhecimento da profunda

incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado. Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela socialidade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e 'inadaptados' à vida social, não reconhece seus direitos sociais" (Yazbek, 2002: 173). Não por acaso, onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia. Esta lógica, que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras do mercado, moldou para a política social brasileira um perfil despolitizado, privatizado e refilantropizado, como bem atestou o Programa Comunidade Solidária e seus desdobramentos. Seus fundamentos na solidariedade social e em componentes éticos e humanitários presentes na sociedade, capazes de mobilizar adesões e apoios generalizados, reforçaram o deslocamento de ações no âmbito da proteção social para a esfera privada, colocando em questão direitos constitucionalmente afiançados. (YAZBEK, 2004 p.3)

### **3.3 . A Polêmica em Torno da Substituição do Papel do Estado pelas ONG**

Uma das críticas feitas às organizações não governamentais exposto por FERREIRA (2005) é de que muitas dessas organizações servem para mascarar problemas sociais contribuindo para o arrefecimento das pressões que deveriam estar sendo feitas pela sociedade sobre os governantes e de abrigarem pessoas que tem se beneficiado de recursos públicos para fins privados.

Quando abordamos essa questão não podemos esquecer dos atuais escândalos públicos que envolvem ONG que recebem recursos do Estado e por sua vez repassam dinheiro para campanhas de políticos. Fatos como este se tornam cada vez mais comuns, fazendo com que se perceba a necessidade e a preocupação com a fiscalização pelo poder público, bem como o controle social sobre o trabalho dessas ONG. Na realidade a legislação brasileira não contempla uma definição jurídica do que seja uma ong. Segundo este autor, baseando-se nas análises de NEDER (1996), a única categoria possível de ser quantificada é a das organizações sem fins lucrativos, regulamentadas desde o código civil de 1935, constituídas pelas seguintes entidades:

- Fundações beneficentes, assistenciais, culturais, científicas e educacionais;
- Entidades religiosas;
- Associações beneficentes, culturais, científicas, esportivas, recreativas e representativas de categorias profissionais;
- Sindicatos;
- Federação e confederações religiosas, culturais, esportivas, científicas, educacionais e representativas das categorias profissionais.

Pesquisas realizadas pelo IBGE e IPEA revelaram que já em 2002 existiam no Brasil 275.895 entidades enquadradas nessa categoria – Sem fins lucrativos (RODRIGUES, 2004).

A título de esclarecimento, devemos lembrar que as ONG também são denominadas por alguns autores como fazendo parte do chamado “Terceiro Setor”.

Segundo FERREIRA (2005), “Terceiro Setor” foi concebido inicialmente na década de 70, sendo utilizado nos Estados Unidos para designar o conjunto de organizações sem fins lucrativos que se voltavam para a prestação de serviços públicos. Na década seguinte, todavia, a expressão “setor sem fins lucrativos” passou a ser mais utilizado naquele país. Esse autor considera que o caso norte americano é peculiar. A definição do termo cunhada naquele país está impregnada do individualismo liberal que caracteriza o regime político e a cultura de lá, no qual o ideário dominante é o da precedência da sociedade em relação ao Estado e o associativismo e o voluntariado estão fortemente arraigados na cultura. Naquele país o “Terceiro Setor” envolve uma gama de organizações laicas e religiosas, que se voltam para a prestação de serviços comunitários, auto-ajuda e a defesa de temas de interesse social (LANDIM apud RODRIGUES, 2004).

No Brasil a denominação “setor não lucrativo” tem se mostrado inadequada, fortalecendo-se a denominação “Terceiro setor”. Um dos motivos decorre do fato de que mesmo entidades privadas, que geram lucros para seus proprietários e são



gerenciadas totalmente dentro da lógica do mercado, podem legalmente ser denominadas como sem fins lucrativos.

LANDIM (apud RODRIGUES, 2004), considera que fazem parte do “Terceiro Setor” os seguintes tipos de instituições:

- Organizações da sociedade civil ou sem fins lucrativos;
- Associações;
- Entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade;
- Fundações;
- ONG.

Como o objetivo desta monografia é focar o trabalho realizado por ONG que se utilizam de atividades culturais como formas de enfrentamento para minimizar o problema da criminalidade e o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, tornasse necessário destacar os temas que são mais utilizados por estas organizações no seu discurso.

Todas essas ONG têm como tema central a inclusão social dos jovens como um direito de cidadania. Mas de que cidadania estamos falando?

Segundo REIS (2001) devemos pensar antes de tudo que o conceito de cidadania, não é fixo e nem tão pouco universal. Segundo esta autora, na Grécia, onde surgiram as primeiras teorias sobre cidadania, esta não era universal. Mesmo na Grécia os direitos de cidadania eram negados aos escravos, mulheres e aos estrangeiros.

Os direitos de cidadania envolviam somente o que hoje temos como direitos políticos, ou seja, direito ao voto. Mas do que um direito, a participação política era um dever ético.

Já no mundo Moderno a noção de cidadania também esteve ligada aos direitos, mas enfatizando-se os direitos individuais ou “civis” (principalmente o direito à propriedade privada – visão liberal ).

Segundo COUTINHO (1997) existe um antagonismo entre cidadania plena e capitalismo pois,

a condição entre cidadania e classe social : a universalização da cidadania é, em ultima instancia, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Ou seja, a divisão da sociedade em classes constitui limite intransponível à afirmação conseqüente da democracia. Como parece óbvio, a condição de classe cria, por um lado, privilégios e por outro déficits, uns e outros aparecendo como óbices a que todos possam participar igualmente na apropriação das riquezas espirituais e materiais socialmente criadas (...). Só uma sociedade sem classes pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular e, como tal, da democracia. (COUTINHO, 1997 p.146)

Atualmente há um predomínio de uma concepção democrática que traz como membro pleno da sociedade o indivíduo com direitos diversificados (políticos, civis, sociais, culturais, etc). Sem falar na luta por reconhecimento dos direitos de categorias vistas como marginalizadas (ou minorias) como negros, gays, lésbicas, etc. As políticas afirmativas são hoje um dos recursos defendidos por estas categorias como uma alternativa que permitiria a inclusão social.

Em 2004 o Ministério da Saúde, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) criou o Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros onde propõe que as ações afirmativas, partem do princípio de que todos somos iguais e detentores dos mesmos direitos. Logo, quando algum segmento da população apresenta dificuldades específicas, o Estado interfere, de modo a regularizar aquela dada situação. Quando se fala em ação afirmativa como política pública, coloca-se em questão a relação entre a equidade e os direitos individuais.

Como hoje esse conceito de cidadania encontra-se “ampliado” garantir esses direitos torna-se tarefa cada vez mais difícil, visto que a retirada do Estado e de políticas públicas para garantir tais direitos de cidadania são evidentes.

Dentro dessa discussão de como garantir direitos de cidadania as ONG que são financiadas ou não pelo Estado, como boa vontade ou não, fazendo uso de mão de obra voluntária ou não, tomam espaços que antes eram apenas atribuição do Estado, passando então a agir nos rebatimentos da questão da violência com ações assistenciais ou com programas culturais. Basta saber se estas conseguem mesmo que minimamente fazer diferença diante da questão da inserção dos jovens no crime.

As ONG que atuam com jovens nas favelas e morros do Rio de Janeiro, em sua maioria buscam a prática de ações que envolvam os jovens, afastando-os da ociosidade e de possível envolvimento com o tráfico de drogas. Utilizam trabalhos que prioriza a inserção dos jovens no mercado de trabalho, atividades esportivas, capacitação em cursos profissionalizantes e atividades ligadas a disseminação de informações e palestras educativas.

## **PARTE 4**

# **A ATUAÇÃO DAS ONG QUE TRABALHAM A INSERÇÃO DOS JOVENS ATRAVÉS DA CULTURA.**

## **4. A ATUAÇÃO DAS ONG**

A maior parte das pessoas que procuram os serviços oferecidos pelas ONG, a procura para tentar resolver algum problema ou dificuldade que não foi possível solucionar talvez em uma instituição pública. Como dito antes, hoje as ONG oferecem os mais variados tipos de serviços, portanto, uma pessoa que precisa de atendimento médico, pode encontrar esse serviço em alguma ONG, ou se precisa de assessoria jurídica, existem ONG que oferecem esses serviços, assim como aquelas que oferecem cursos gratuitos, encaminham ao emprego, auxiliam na abertura de negócios e até auxiliam na abertura de uma ONG.

Os serviços e os resultados do trabalho dessas ONG já conhecemos (supostamente). Assim que chegamos, sabemos qual o serviço procuramos e qual o resultado prático conseguiremos através da sua atuação. Quando o jovem procura uma ONG que oferece curso de informática, ele sabe que ao final do curso sairá com um conhecimento de Windows, Word, etc. Conhecimento que o auxiliará na procura por uma vaga no mercado de trabalho. Ou se procurar uma ONG que possui curso de corte e costura, essa procura se justifica pelo desejo ou necessidade de aprender o ofício.

Mas quais os resultados práticos poderia oferecer as ONG que trabalham a questão da cultura? Como podem auxiliar os jovens a não se envolverem com a criminalidade?

Nos últimos anos percebemos um aumento das ONG que trabalham com cinema, teatro, música e esportes. A mídia também tem incluído em suas matérias a apresentação seja de ONG, entidades, empresas e até de pessoas independentes que se envolvem com trabalhos ligados à cultura.

Um dos exemplos mais conhecidos de ONG que despontaram na mídia através de atividades culturais, foi a ONG Nós do Cinema, que foi criada à partir da repercussão do filme Cidade de Deus, onde os próprios atores, moradores de favela, acabaram por fundar a ONG, que hoje absorve em seus projetos de cinema, 200 jovens. Outro exemplo, desta vez ligado a música, é a CUFA (Central única das Favelas), ONG que tem como tema central de suas atividades a disseminação da cultura Hip-Hop, considerada do “gueto”, da favela. A ONG ficou muito conhecida por causa do Raper MVBill, um dos responsáveis pelo documentário Falcão, Meninos do Tráfico que causou grande polêmica no início deste ano.

Ao procurar essas ONG percebemos que o discurso sobre a cultura é muito parecido, apesar de algumas diferenças na forma de atuação e no processo de elegibilidade, todas vêem a necessidade de inserir os jovens na sociedade através da cultura. Para estas ONG, os projetos ligados à cultura são capazes de provocar grandes modificações na forma de pensar e agir dos jovens. Mostrar novos

caminhos e perspectivas, ampliar olhares e horizontes e principalmente ocupa-los e envolve-los em dinâmicas e processos que até pouco tempo não faziam parte da realidade desses jovens. Através disso garantem que os jovens, motivados pelas novas descobertas e possibilidades, acabam se afastando da criminalidade.

#### **4.1 A Cidadania e a Questão da violência juvenil**

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, - ou no caso de uma democracia efetiva – por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (...) A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1997 p.146)

Para as ONG, os moradores das áreas pobres do Rio de Janeiro, não tem acesso aos mais variados serviços e direitos de cidadania. Não têm acesso na maioria das vezes à justiça, a bons serviços de saúde e educação, ao emprego, moradia digna e outros direitos indispensáveis. Se para os moradores das comunidades pobres e favelas esses direitos são negados muitas vezes, o que dizer sobre os direitos ao acesso aos bens culturais. Teatro, cinema, museus, etc, estão longe de ter como freqüentadores assíduos, moradores de favelas e bairros periféricos. Isso ocorre segundo as próprias ONG, pela dificuldade de acesso ao local, porque geralmente teatros, cinemas e museus, ficam no Centro da cidade ou em outras áreas como a zona Sul e outros bairros privilegiados e de prestígio como Barra e Recreio. Uma outra questão que dificulta o acesso a esses bens culturais é pelo preço do ingresso, inacessível a população de baixa renda.

Os jovens dessas localidades, que não tem acesso a cultura e ao lazer nem mesmo nas comunidades, ficam com um tempo ocioso o que na opinião das ONG

aumentam o risco de os jovens que convivem com um clima de violência e influencia do tráfico de drogas, se envolverem com a criminalidade.

Isso pode ser comprovado – segundo relato dos diretores das três ONG analisadas – quando muitas mães procuram a ong para pedir a inserção do jovem em algum projeto como forma de evitar uma inserção no tráfico de drogas. Nesse caso o jovem já apresenta algum tipo de envolvimento com o tráfico.

O que as organizações costumam postular é que, ao ter acesso ao “mundo da cultura”, é possível provocar uma mudança na forma de pensar e agir do jovem, mostrando-lhes as várias possibilidades existentes fora do ambiente e local em que vivem. Para os profissionais das ONG, os jovens sentem como se não pertencessem a esses locais, não se identificam com os símbolos presentes nestes locais. Nesses lugares freqüentados por pessoas de maior poder aquisitivo os símbolos que segundo MAIA “funcionam como sinais distintivos” fazem com que se criem barreiras que impedem os pobres de freqüentarem os mesmos locais sob pena de passarem por situações de constrangimento ou discriminação. (MAIA, 2002)

A não identificação acontece quando o jovem passa a freqüentar locais onde é exigido que tenha um comportamento “apropriado”. Onde deve-se vestir, falar e agir de acordo com o que é esperado. São criadas “barreiras invisíveis” que separam os segmentos mais abastados dos pobres.

Ao freqüentar o shopping, por exemplo, é esperado que as pessoas estejam bem vestidas, acompanhadas de amigos e descontraídas. Ao fugir desse padrão, as pessoas começam a ser olhadas com desconfiança. Uma pessoa que vai ao shopping de chinelos e mal vestida passa a ser alvo de atenção das outras pessoas e dos seguranças do local. (Coordenador da ONG localizada na Praça Onze)



Os moradores da favela sentem-se discriminados nestes locais, e o são algumas vezes, e isso os afasta mais de certos locais, onde não se sentem à vontade, do que pela falta de recursos financeiros.

Através da cultura, as ONG procuram fazer com que os jovens favelados passem a valorizar o espaço no qual estão inseridos. A cultura pode ser um meio de “elevantar” a auto-estima e despertar a identificação com o local.

Os moradores ficam no seu lugar, à todo momento o favelado é taxado como tal, e seu espaço deve ser o da favela. Pessoas que moram em favela acabam criando um muro, aqui é seu lugar e é aqui que deve ficar. Então o trabalho da ONG pretende levar além desse muro, perceber que eles(jovens) podem ir além, que tem outras possibilidades lá fora e que você não está excluído, esses espaços também podem fazer parte de seu mundo. Podem se relacionar com as mais variadas pessoas. (Assistente Social, ONG localizada na Cidade de Deus)

através dos filmes que eles mesmos produzem, eles (jovens) podem mostrar seu cotidiano(..) Quanto estão elaborando uma temática para produção, eles estudam o assunto, debatem e aparecem várias questões e pontos de vista. O mais importante é que eles passam a valorizar seu espaço, suas músicas, danças(..) Não somos iguais, não pensamos iguais e nem agimos iguais, e isso acontece com todas as pessoas. Porque temos que nos adequar e nos comportar todos iguais? As diferenças são importantes, devem ser respeitadas. Aqui os jovens aprendem a se valorizar (...) (Depoimento de Monitor da ONG localizada na Cidade de Deus)

A idéia proposta pelos coordenadores das ONG é que através de oficinas onde aprendem a encenar, a produzir filmes, documentários, se provoque uma mudança significativa na vida desses jovens, aguçar a curiosidade por novos conhecimentos. Esse seria um primeiro passo para que esses jovens aos poucos se tornem pessoas mais conscientes e questionadoras de seus direitos.

Através do acesso a cultura é possível ficar diante de outros olhares e pensamentos, o que provoca sem dúvida (nos jovens) questionamentos sobre sua situação atual. Provoca-se uma mudança nas formas de agir e pensar e principalmente faz com que eles se sintam

capazes, e busquem novas oportunidades de acesso a esses bens culturais recém descobertos (...) ( Monitor da ONG localizada no Centro do Rio)

#### **4.2. A Atuação das ONG em Favelas e Comunidades Pobres e o Trafico de Drogas**

Segundo a informação passada pelas ONG, a relação com o tráfico de drogas é totalmente pacífica, não há nenhum tipo de interferência no trabalho realizado, pelo contrário, seus funcionários e diretores afirmam que os traficantes respeitam o trabalho, não interferindo em nenhum aspecto, não impondo qualquer restrição. Apenas quando ocorrem conflitos com a polícia, pedem para que funcionários (que na maioria não moram na localidade) tomem cuidado ao circular pela favela para não serem atingido por uma “bala perdida”.

Os traficantes, segundo o coordenador da ONG que fica na favela da Cidade de Deus, até mesmo “apóiam a atuação da ONG e oferecem ajuda caso a ONG necessite”.

Muitos jovens incluídos nos projetos das ONG que foram objeto da pesquisa possuem algum vínculo familiar com traficantes, muitos têm pais, irmãos, tios que são traficantes. Até mesmo filhos de traficantes participam dos projetos culturais.

Não há relação nem interferência do tráfico. Eles têm uma conduta muito respeitosa, não se envolvem, até aprovam nossa pratica. Eles ficam na deles e nós na nossa.” (...) “Eles (os traficantes) não querem que seus filhos e sobrinhos se envolvam com o tráfico. Fazem isso porque sabem que seu futuro é incerto e cheio de riscos de uma morte prematura, e isso ninguém quer para seu filho.... (Depoimento da Assistente Social da Ong localizada na Cidade de Deus).

Da mesma maneira, os coordenadores da ong localizada no Centro do Rio, que recebe jovens das comunidades carentes e cortiços da Praça XI, e dos morros da Mineira, Catumbi, Estácio, Coroa e Zinco, afirmam que em nenhum momento o tráfico que fica nas proximidades interferiu no trabalho realizado.

Eles nos conhecem e nós sabemos quem eles são, sabemos onde ficam as bocas de fumo e tudo mais, mas nunca mexeram conosco, inclusive boa parte dos parentes deles estão aqui (...) (Depoimento do Coordenador da ONG localizada na Praça XI)

#### **4.3 As Motivações para a Realização dos Projetos Culturais e a Escolha pela Área da Infância e Juventude.**

A pesquisa realizada com as ONG, demonstra que os motivos pelos quais estas escolherem a área da Infância e Juventude como áreas de atuação, são variáveis.

A ONG localizada na Praça Onze, passou a trabalhar com a área da infância e juventude devido a um outro trabalho realizado por uma escola de samba. A escola já fazia um trabalho com crianças e jovens do Centro do Rio que teve início quando no ano de 2000 resolveu fazer um samba enredo que homenageou os 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao estudar o Estatuto, a escola de samba começou um projeto no espaço da escola, que depois foi ampliado e desvinculado da escola de samba, passando a ser uma ONG.

Hoje dentre os projetos realizados por esta ONG, estão a escolinha de circo, as oficinas de capoeira, grafite e o basquete de rua. Hoje os projetos absorvem em torno de 200 jovens com idades que variam de 8 a 17 anos, em sua maioria, jovens que estão em situação de rua, isto é, boa parte dos jovens atendidos passa o dia na

rua, procurando a residência apenas à noite. Muitos não estudam e vivem em situação precária.

A segunda ONG, localizada na Cidade de Deus, foi fundada em 1998, teve como pontapé inicial, o interesse dos próprios jovens da comunidade de passar para as outras pessoas a cultura do Hip-hop, cultura essa com o qual se identificam, pela maneira de vestir, pelo estilo de música e pelas atitudes de questionamento ao cotidiano expressos nas letras das músicas.

Os próprios jovens decidiram criar a ONG como um espaço de convivência, onde pudessem discutir questões da comunidade, violência e falta de oportunidades.

Hoje a ONG, que passou a atuar com vários projetos, de teatro, cinema, dança e grafite atende cerca de 200 jovens de 7 a 17 anos.

Os jovens atendidos por esta ONG são da localidade, não por imposição da coordenação, mas pela proximidade em relação à moradia. Os jovens atendidos têm um outro perfil, diferente do identificado na ONG localizada na Praça Onze. São jovens que na sua maioria freqüentam a escola, e tem famílias que podem ser localizadas com mais facilidade.

A ONG localizada em Botafogo, por sua vez também teve um motivo diferente das outras para ser fundada. Ela surgiu a partir da realização de um filme, que ficou famoso e conhecido no Brasil. Para a realização do filme, que retrataria o cotidiano de uma favela e seu surgimento e abordaria questões como o tráfico de drogas e o envolvimento da polícia com o crime, o diretor organizou uma seleção para escolher atores jovens. Mais de 100 (cem) atores participaram dos testes e assim que terminou os jovens que foram escolhidos e posteriormente passaram por uma série de cursos e atividades ligadas ao cinema decidiram mostrar a outros jovens tudo o que tinham aprendido com o “mundo” do cinema, sobre arte, cultura. Assim, o que determinou o caminho a ser seguido foi o fato de jovens desejarem a criação de um espaço para jovens.

Hoje, a ONG que tem apenas três anos, atende cerca de 100 jovens de várias localidades do Rio de Janeiro, são jovens que não necessariamente são de comunidades carentes, os coordenadores procuram atender a todos os jovens interessados, seja da classe social que for. Eles procuram preencher turmas com jovens diferentes, seja na cor, religião, classe social, meninos e meninas. Acreditam que essa mistura seja favorável para a troca de idéias e conhecimentos.

O público alvo, portanto, é bem diferente das outras duas ONG pesquisadas, são jovens que vêm de várias localidades e todos estudam, pois esse é um critério de elegibilidade. Outro critério é que os jovens não se inscrevam sem a presença de um responsável.

Nas três ONG analisadas, os coordenadores e funcionários divergem em alguns pontos como a forma de elegibilidade, a relação com as famílias e forma de atuação, mas todas têm a mesma opinião sobre a necessidade de inclusão através da cultura, o papel do Estado e da família e a necessidade de auxiliar no protagonismo dos jovens.

Sobre as formas de elegibilidade, a ONG localizada na Praça Onze, não tem todas essas regras apontadas acima para o ingresso. Os jovens que a procuram são atendidos e se houver vaga nas oficinas ficam. Se não houver vagas os jovens podem ficar nas instalações, assistir aos espetáculos, freqüentar a sala de vídeo e a sala de informática. Se houver uma procura muito grande, é dada preferência aos jovens em situação mais precária e os que estão em situação de rua. Esse é, portanto o critério utilizado. O acompanhamento às famílias (aquelas que são encontradas) é mais intenso, elas são acompanhadas com visitas domiciliares freqüentes, com identificação de casos que necessitem de encaminhamentos. O foco da ação envolve não só as crianças, mas também a preocupação com a família.

Na ONG localizada na Cidade de Deus, a forma de elegibilidade é através da idade que deve ser de 7 a 17 anos. Os pais devem inscrever os filhos, como uma forma de manter o contato, caso não seja possível a presença de um

responsável, o jovem não é impedido de participar e a ONG se encarrega de fazer o contato com a família. Como a ONG localizada na Praça Onze, esta também não exige que o jovem esteja inserido na escola, e tem como objetivo trabalhar essa re-inserção no ambiente escolar.

Os professores das ONG citadas acima entendem que a saída das crianças da escola deve-se a falta de incentivos para sua permanência no ambiente escolar. As escolas não conseguem motivar a participação dos alunos por não possuir estrutura básica como material didático, quadros, carteiras adequadas, bibliotecas, entre outros materiais e apontam que a falta de motivação de professores e funcionários ajudam no afastamento das crianças das salas de aula. Os professores que recebem baixos salários trabalham em péssimas condições, com turmas lotadas e enfrentando a falta de recursos necessários realização das aulas. Por outro lado, os conteúdos utilizados muitas vezes não estão adequados à realidade dos alunos, desestimulando a participação e a permanência no ambiente escolar. Nesse caso a rua passa a ser um local mais interessante.

A questão da inserção na escola é uma preocupação constante das ONG que tem como um dos objetivos que suas oficinas ajudem o jovem nas atividades escolares. Funcionam como auxiliares no processo educacional, complementando com atividades que dificilmente estariam disponíveis nas escolas públicas.

A questão da inserção escolar não é um pré-requisito para entrar na ONG, apesar de termos pouquíssimas crianças nessa situação, são situações que foram criadas agora por algum problema momentâneo na família. A gente percebe que deve trabalhar essa inserção na escola. Não adianta chegar aqui uma criança, um adolescente e dizer que ele só pode entrar se estiver na escola. Na verdade vamos estar excluindo ele de mais um espaço. Excluir ele daqui pode ser mais um fator que o empurre para um caminho que não é o que a gente espera. Quando aparece um caso de evasão escolar nós o incluímos no projeto e depois vamos trabalhando com ele essa questão, estimulando sua inserção na escola, acompanhando a família e a escola. Manter o contato e vínculo com família e escola. (Depoimento da Assistente Social da ONG localizada na Cidade de Deus)

A coordenação da ONG localizada em Botafogo tem uma forma de elegibilidade mais rígida. O jovem só pode se inscrever com a presença de um responsável. A este é explicado todos os objetivos do trabalho e a inserção na escola como fator fundamental. Se o jovem abandonar a escola será excluído das oficinas. A proximidade com a família é grande, os pais acompanham os projetos e são convidados a participar de atividades e do trabalho realizado pelos jovens. Não há uma preocupação com demandas trazidas pelo jovem. Alguns problemas que surgem (poucos) acabam sendo solucionados pelos próprios jovens, orientados pelos próprios professores e monitores que os acompanham de perto. A faixa etária é de 12 a 15 anos e as inscrições são feitas por telefone, depois passam por uma entrevista.

As turmas são mistas (meninos e meninas), e os locais de moradia são os mais diversos. Não atendemos a comunidade x ou y, eles podem vir tanto do morro, como de Copacabana. Mas é claro que muitos são moradores de locais de risco e bem pobres. Nossa idéia é juntar adolescentes diferentes, jovens de boas condições financeiras com meninos da favela. Brancos e negros, meninos tímidos, com aqueles que são mais falantes, com aqueles que têm espírito de liderança e aqueles que ficam mais na deles. A idéia é essa, criar um choque de idéias, valores. Trocas de conhecimentos e vivências.” (Depoimento de coordenador pedagógico da ONG localizada em Botafogo).

Quando a questão é a cultura como forma de inclusão do jovem, os profissionais das ONG concordam que através dela o jovem pode passar a absorver mais conhecimentos e com isso passar a questionar sua situação. Através da cultura é possível descobrir novas oportunidades de inserção e a buscar novos direitos sociais. É uma forma de auxiliar na formação de cidadãos mais conscientes.

Pretende-se com todo trabalho criar uma verdadeira transformação dos jovens, que ao morarem em comunidades pobres, com influencia do tráfico, estão a mercê de todas as formas de violência, tanto dos traficantes como dos próprios policiais. Dessa forma a atividade cultural se apresenta como um caminho e a ONG como um local, distante do ambiente de violência e da ociosidade, onde o jovem

ocupa seu tempo com atividades que vão contribuir para sua formação cívica e provocar a inconformidade com as políticas públicas, com o Estado, com as injustiças sociais e tudo mais que o cerca.

A gente consegue observar que muitas crianças deixam de estar soltas pelas comunidades, buscam o espaço para estar aprendendo, construindo novos espaços. A proposta de toda ONG que trabalha dentro de favela é mostrar seu cotidiano, seu dia a dia, coisas novas, atitudes, comportamentos, preparar para saída para outros espaço, fora daqui. (Depoimento de Monitor da ONG localizada na Cidade de Deus)

As mudanças que desejamos é a capacidade do jovem se ver como cidadão de direitos, capaz de interagir com todas as pessoas, de freqüentar locais que antes estavam longe de sua realidade, que são pessoas criativas, de opinião. Aqui eles aprendem a ouvir o outro e respeitarem-se uns aos outros. Acabam levando essas idéias para os locais que convivem, tornam-se multiplicadores. (Depoimento da Assistente Social da ONG localizada em Botafogo)

O circo pra gente é um meio para alcançar os objetivos: autonomia, auto estima, comunicabilidade, interesse pela leitura, a ferramenta para estar trabalhando com essa molecada é essa, às vezes alguns querem ser acrobatas, palhaços, então falamos que tem de entrar em outra escola maior para se profissionalizar. O que a gente quer é contribuir para que esse jovem possa escolher. Se ele quer ser médico, apoiamos a decisão, ajudamos a procurar um curso pré-vestibular comunitário, etc. Se conseguem fazer malabarismo por que não pode ser qualquer outra coisa que quiserem? (Depoimento de professor da ONG localizada na Praça Onze)

#### **4.4 O Papel e a Presença do Estado nas Favelas**

Os serviços oferecidos pelo Estado nas comunidades pobres são quase nulos como afirmam os coordenadores e professores. Quando muito, o que se



constata é a existência de creches – que ficam a cargo da boa vontade da prefeitura – e de postos de saúde, que da mesma forma atendem precariamente.

Segundo os coordenadores, não há qualquer tipo de investimento público em equipamentos e espaços de lazer nas comunidades pobres. As quadras de esporte estão em más condições e o mesmo pode-se atribuir às praças quase inexistentes. Diante dessa situação, os jovens não têm em seu local de moradia oportunidades de lazer, ficando quase todo o tempo vagando pelas ruas. Segundo ZALUAR:

Impedir alguém ou uma classe de pessoas a dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos da aquisição da cultura e da sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito e desinteressado. Quando se chama a população de baixa renda pelo nome de classes trabalhadoras, tem-se em mente essa limitação da qual sofrem os que não têm outra fonte de renda que não a sua capacidade de trabalhar. Ter que trabalhar, uma realidade tão presente na fala dos pobres, é o limite dessa aspiração de todo ser humano: o direito ao tempo livre que é o lazer e no qual se desenvolve a imaginação e a capacidade de criar, que não prejudica o próximo e ajuda a desenvolver as trocas mútuas entre diferentes culturas e grupos sociais. (ZALUAR, 1994: 60)

Uma das formas de presença do Estado nas comunidades pobres apontada pelos funcionários das ONG é a presença “incômoda” da polícia. Os policiais são vistos como “intrusos” que acabam com a paz e a ordem nas comunidades. Isso acontece segundo os coordenadores das ONG porque a polícia quando entra na favela acaba provocando o conflito com os traficantes e isso acaba causando episódios de violência desnecessários. “A comunidade não é a favor dos traficantes. Ela apenas não quer conflitos” (coordenador da ONG localizada na Cidade de Deus).

Os investimentos em cultura que poderiam ser levados às comunidades pobres ficam mesmo à cargo das ONG ou através de alguns projetos da Prefeitura do Rio. Um desses projetos mantidos pela prefeitura é a oportunidade que ela dá de

acesso ao teatro por R\$ 1,00 (um real). O problema é que essa “promoção” acontece apenas um domingo no mês, com filas gigantescas para a compra dos ingressos, o que desestimula a participação das pessoas. Outro projeto válido implementado pela Prefeitura são as Lonas Culturais, mas que não ficam próximas as comunidades mais pobres, que não são freqüentadas pelos moradores das favelas com dificuldades de custear o valor da passagem para toda a família e mais o preço do ingresso.

Em se tratando de cultura, o poder público, Prefeitura deixam a desejar. Poucos são os projetos de incentivo a cultura e esporte, assim como lazer. Muitos deles acham que o pobre, tem de aprender uma profissão, deve fazer curso de padeiro, pedreiro, babá e não fazer arte, cultura. Isso é privilégio de gente rica, que tem conhecimento, que pode entender de vários assuntos. (Depoimento de professora da ONG localizada em Botafogo)

As ONG deixam claro que não estão tentando fazer o papel do Estado, apenas desejam contribuir de alguma forma, auxiliando os jovens das comunidades pobres a tornarem-se pessoas mais politizadas, críticas e comprometidas. Auxiliar na formação de cidadãos.

Garantir o acesso a informação e cultura dentro da favela é um grande motivador do trabalho, pois hoje o que entra dentro das favelas é a polícia, o Estado punitivo e não o Estado protetor, o Estado preventivo, então a ONG acaba contribuindo para o acesso a algum tipo de serviço e informação, é claro que temos como base que não estamos aqui para substituir o papel do Estado, o papel do Estado é essencial para as comunidades, mas o nosso trabalho é um motor para estar cobrando do Estado medidas, e cobertura de seus serviço dentro da favela. (Assistente Social da ONG localizada na Cidade de Deus)

#### **4.5 Financiamento das ONG e Parcerias**

Para os coordenadores das ONG os recursos são indispensáveis para a manutenção de qualquer trabalho e projeto implementado. Todas as ONG citadas neste trabalho recebem financiamento da Prefeitura e de outras instituições como empresas e organizações internacionais.

Os recursos são uma das preocupações constantes, porque os convênios firmados tem duração de 2 à 5 anos, portanto não são recursos fixos. É preciso a cada ano se planejar as atividades e claro conseguir novos patrocinadores e colaboradores.

A ONG localizada na Cidade de Deus, além dos recursos públicos repassados pela prefeitura, tem como “parceiros” a Fundação Ford e a UNESCO, contando também com o auxílio de outras instituições que contribuem aleatoriamente.

A ONG localizada em Botafogo tem como parceiros além da Prefeitura, a Eletrobrás, Furnas Centrais Elétricas e outras ONG de diversas finalidades.

E a ONG localizada na Praça Onze conta com a parceria do Ministério da Cultura e duas organizações internacionais, uma ligada a igreja católica com sede na Espanha, além da cooperação de outras ONG e empresas privadas. Pela informação repassada pelo coordenador desta ONG, os custos mensais para a manutenção dos projetos giram em torno de vinte cinco mil reais por mês. Os maiores gastos são com os profissionais contratados.

Todas as ONG citadas possuem funcionários contratados, devido a necessidade de manter um profissional quase que em tempo integral dedicado as atividades culturais. O trabalho voluntário é quase inexistente. Por outro lado, os coordenadores afirmam não conseguir manter todos os direitos trabalhistas quando tem de dispensar um funcionário.

Todos os nossos funcionários são contratados, as pessoas vivem disso, por isso se precisamos de uma assistente social contratamos, se precisamos de psicólogo contratamos, de educador a mesma coisa, as pessoas se formaram para isso e procuram sua subsistência. Trabalham normalmente como se trabalhassem em outro local, por isso precisamos procurar recursos para pagar essa despesa. A gente precisa dos profissionais, e ele precisa viver e trabalhar, a instituição precisa dele aqui em tempo quase integral, desenvolvendo um trabalho, dedicado a uma ação, nós fazemos de tudo, as vezes não sobra tempo.(...) Para trabalhar aqui as pessoas devem ter ciência que não é a mesma coisa que trabalhar numa empresa grande, onde se bate ponto e sai no horário. Aqui os direitos trabalhistas dificilmente são garantidos, os recursos são escassos. (...) As pessoas que trabalham aqui não podem ser apenas um prestador de serviços, é uma questão ideológica ou de militância. (Coordenador da ONG localizada na Praça Onze)

O Estado por sua vez, acaba passando para essas organizações recursos financeiros para criação de tais projetos. Os recursos são passados para as ONG, sem o Estado ter de assumir, por exemplo, a responsabilidade com a contratação de funcionários que prestam os serviços. São as ONG que arcam com as despesas trabalhistas e encargos sociais. São elas, igualmente, que atuam, diretamente, junto a população e, desta forma, tornam-se “sujeitas” ao controle social. Dessa forma torna-se mais vantajoso repassar recursos para várias instituições e não ter de se preocupar com o pagamento de novos servidores públicos, de manutenção das instalações, da população usuária. Enfim com a garantia dos direitos dos usuários.

#### **4.6 As demanda Trazidas pela População Usuária dos Projetos**

Ao trabalhar com uma população tão empobrecida por vezes aparecem outras demandas que não estão ligadas a cultura. Os profissionais entrevistados acabam auxiliando no encaminhamento para serviços diversos.

Nas ONG localizadas na Cidade de Deus e Praça Onze, que estão praticamente inseridas nas comunidades pobres, as demandas são parecidas e

constantes. Os principais problemas verificados são o alcoolismo e o uso de drogas. Esses casos acabam sendo percebidos pelos professores e monitores nas oficinas. Repassada a informação para a direção, os casos são encaminhados para as Assistentes Sociais e psicólogos. Os próprios profissionais tentam trabalhar a questão com os jovens através de palestras, vídeos e aumentando a carga de atividades para que estes se ocupem mais e passe a maior parte do seu tempo na ONG, encaminhando posteriormente aos serviços de saúde públicos.

Outros casos mais comuns são de desemprego de algum membro da família responsável pelo sustento da casa, problemas de saúde, orientações sobre direitos sociais e trabalhistas, entre outros. As ONG procuram fazer alguns encaminhamentos (mas acabam não acompanhando os casos até o final).

Os profissionais possuem uma rede de serviço com as quais podem contar e procuram fazer um acompanhamento dos casos. Quase sempre não tem o retorno dos encaminhamentos realizados. Apenas a coordenação da ONG localizada na Praça Onze faz um acompanhamento mais rigoroso, com visitas domiciliares freqüentes as casas e procurando reconhecer outras demandas encobertas.

Fazemos um mapeamento de rede de instituições publicas e outras de Terceiro Setor para poder encaminhar a outros projetos ou ações se necessário. As vezes temos crianças que chegam com manchas, hematomas, procuramos orientar para que os educadores percebam esse tipo de coisa, que de repente pode ser um caso de violência familiar, aí é feito esse trabalho de observação(...) As vezes chegam pessoas que dizem que estão com um problema tal, e aí procuramos orientar da melhor forma. Na grande maioria das vezes é preciso construir essa demanda, porque é difícil reconhecer a necessidade, o que está errado. Grande parte dos casos que acompanhamos são de famílias com problemas, então vamos as casas, fazemos um acompanhamento de perto e a grande maioria as vezes não quer o encaminhamento. Então temos que ter um trabalho de construção da demanda, porque ela ainda não está pronta, pra gente poder fazer o encaminhamento senão eles não vão porque não conhecem a necessidade. (Assistente Social, ONG localizada na Praça Onze).

A preocupação da coordenação das outras duas ONG está prioritariamente na continuidade do trabalho cultural e não no acompanhamento dos encaminhamentos realizados. Os encaminhamentos acontecem como forma de “auxílio” ao jovem momentaneamente. Torna-se uma transferência da responsabilidade para outras organizações.

O coordenador da ONG localizada na Praça Onze, por sua vez, afirma ter um problema relacionado aos aspectos de saúde. Muito jovens atendidos aparecem com problemas de pele, piolho, sarnas, vermes e outros causados (assim ele considera) pela falta de higiene no ambiente familiar. Nesse caso é preciso gastar um tempo maior com orientações sobre saúde, também para as famílias. Os encaminhamentos são difíceis, porque mesmo que consigam através da parceria com o posto de saúde próximo encaminhar os casos, as famílias que vivem em condições precárias acabam por adquirir novamente as doenças.

É preciso criar rotinas de saúde, você entra numa casinha aqui ao lado é cachorro, porco, mãe, irmão, tudo no mesmo ambiente. Crianças ficam peladas sentadas no chão onde passam ratos, baratas, cachorro. Então que referencia de saúde essas crianças têm, quando pedimos para elas lavem as mãos antes de comer? É um trabalho longo e árduo, estamos trabalhando na contramão de uma “cultura negativa” que ele tem desde que nasceu, uma referencia de saúde, referencia sexual, de violência, os parâmetros que elas tem são outros completamente diferentes, não dá para o educador chegar e dizer: como é! vamos lavar a mão agora. O educador tem que entender esse processo. E uma coisa lenta, quando esse processo começa a dar efeito, a própria criança vai lá e lava a mão, não quer sentar no chão com o cachorro. (...) (Professor – ONG localizada na Praça Onze)

Através dessa citação é possível verificar que os funcionários da ONG acreditam que os problemas de saúde que surgem são exclusivamente provocados pela falta de higiene da família, não fazendo a relação com a falta de boas condições de moradia. Mas não apenas este fator (boas condições de moradia) deve ser considerado, existem também outras questões responsáveis pela saúde das famílias. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a saúde é definida

como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doença ou enfermidade. Outras questões como as condições de trabalho muitas vezes prejudicam a saúde dos membros da família, como aquelas atividades que exigem esforço físico demasiado ou em locais sujos onde as pessoas podem adquirir doenças. É como se as famílias possuíssem maus hábitos, e somente através da disseminação das informações sobre higiene pudessem modificar a situação. Quando faz referencia na “cultura negativa” das famílias o professor deixa claro que são as famílias que passam às crianças e jovens os maus hábitos de higiene.

É certo que os problemas apontados pelo coordenador da ONG, como sendo problemas de saúde e higiene, podem ser ocasionados pela falta de saneamento básico nas casas. Locais onde as valas negras passam praticamente na porta, onde crianças andam e brincam. Mesmo que todas as orientações de saúde sejam dadas as famílias, por conviverem com o problema da falta de esgoto, de água encanada, pode ocasionar o aparecimento de doenças. O problema vai além da simples orientação às famílias, esse é um problema de saúde pública, de falta de investimentos e políticas públicas.

#### **4.7 A Contribuição para a Inserção no Mercado de Trabalho.**

As três ONG não visam em seus projetos algum tipo de encaminhamento ou preparação para o mercado de trabalho (esse não é o foco de suas atividades). Mas garantem que o crescimento intelectual alcançado pelos jovens que passam pelos projetos e oficinas desperta o interesse dos jovens pela inserção no mercado de trabalho e na continuação dos estudos.

Para os profissionais, através da cultura é possível despertar a vontade de vencer, a criatividade, dinamismo, capacidade de raciocínio e questionamento,

comunicabilidade e disciplina. Qualidades exigidas dos jovens no ambiente de trabalho. Jovens que são indisciplinados e com dificuldades de obedecer a regras acabam se habituando a fazê-los para continuar inserido nas oficinas, portanto acabam aprendendo a respeitar os outros e a se portar em ambientes diferentes da casa ou rua.

Os coordenadores não pretendem formar trabalhadores disciplinados ou alienados. Essas questões não fazem parte das discussões propostas. O que procuram passar aos jovens é que o ambiente do trabalho – que é competitivo e que precisam se habituar, pois vão precisar trabalhar para sobreviver – exige que eles além de saber um ofício, sejam responsáveis.

Essa responsabilidade, esperada pelas empresas, está na capacidade de obedecer a normas internas, horários e compromissos.

Ao pensar o tema da inserção no trabalho, os coordenadores procuram apenas lidar com o lado da criatividade, também exigida pelas empresas, como fator de diferenciação importante, levando-se em consideração as novas exigências para a inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado a inserção no mercado de trabalho através da cultura é muito difícil, num país que não investe na arte. Dificilmente um jovem que faz oficina de cinema conseguirá participar de grandes produções, não por ter vindo da favela, mas porque o mercado de trabalho nessa área é restrito, o mesmo se pode dizer da música, pintura e teatro. Isso não quer dizer que ex-alunos não possam conseguir essa inserção. Segundo coordenadores da ONG da Praça Onze, 15 jovens que passaram pela escolinha de circo, se interessaram em continuar nessa área e foram encaminhados para fazer teste na escola Nacional de Circo, que formam profissionais para esse ramo. Alguns alunos da ONG localizada na Cidade de Deus também conseguiram se inserir em produções de cinema nacional e em diversas atividades do ramo (som, imagem, auxiliares), mas esses casos não são a maioria.



Quando os jovens vêm pra cá, juntamente com seus responsáveis, eles são esclarecidos que o objetivo dos cursos não é ensinar uma profissão, eles não vão sair e trabalhar na Globo. O projeto quer que eles conheçam sobre cinema, arte, cultura e mostrar-lhes que são capazes de criar filmes, com temáticas que são sua realidade, que podem ser vistos e discutidos (...) (Coordenador da ONG localizada em Botafogo)

## CONCLUSÕES

Através das entrevistas realizadas pude notar que mesmo com projetos (ideais) semelhantes e atendendo a jovens pobres, a trajetória que levou a criação das ONG são completamente diferentes. Os representantes têm concepções contrárias muitas vezes sobre as formas de elegibilidade e o papel da família, mas possuem a mesma concepção sobre cultura, cidadania e envolvimento do tráfico com as organizações e os moradores da localidade.

Apesar das polemicas que envolvem o trabalho dessas ONG – e dos problemas - sem dúvidas elas tem contribuído de alguma maneira na tentativa de por fim a questão da violência nas comunidades pobres e favelas. Podemos pegar como exemplo a questão do aumento da violência protagonizada por jovens nos últimos 10 anos e o envolvimento destes com o tráfico de drogas. Nesse momento a sociedade passou a preocupar-se com os jovens das comunidades pobres e os motivos que levavam ao seu envolvimento com o mundo do crime. Dessa forma me parece que o tempo ocioso dos jovens virou um motivo a mais de preocupação. Os jovens de áreas pobres sem emprego, sem lazer, sem estudo, enfim sem ter o que fazer em seu tempo livre, associado a pobreza seriam motivos suficientes para “empurrar” esses jovens para um envolvimento com o crime. Contemporaneamente, prevalece a idéia de que o tempo deve ser otimizado, aproveitado em sua plenitude e da melhor forma possível. Os segmentos médios/abastados têm como levar isto às ultimas conseqüências: as crianças têm aulas disto, daquilo, ... e entre os pobres?

Segundo BAUDRILLARD (1995),

O tempo constitui uma mercadoria rara, preciosa e submetida às leis do valor de troca. É o que se constata a respeito do tempo de trabalho,

porque se vende e se compra. Mas o tempo livre, para ser “consumido”, tende cada vez mais a ser direta ou indiretamente comprado”.

A mídia nos últimos anos tem explorado como nunca a questão da criminalidade entre os jovens, mobilizando a opinião pública e apoiando formas alternativas para a solução do problema. Se por um lado, a representação dos jovens da favela e as possibilidades de envolvimento com o crime aparecem nas telas dos cinemas como no filme Cidade de Deus e Carandiru e nas séries de televisão como Cidade dos Homens, Falcão Meninos do Tráfico e a nova Antônia, por outro lado também aparecem as alternativas para o problema como as iniciativas das ONG e do trabalho voluntário. A todo o momento surgem organizações ou voluntários que fazem algum trabalho ligado a cultura, seja com aulas de violino e música clássica para crianças de determinado morro, seja com aulas de dança e arte para jovens de uma outra favela, e assim por diante.

Assim como nesses casos, os representantes das ONG tiveram apoio da mídia e sociedade para divulgação de seus trabalhos, portanto mais fácil fica a realização de novas parcerias financeiras.

Mas o comprometimento das ONG com seu trabalho parece verdadeiro. A preocupação com a realização e continuação dos trabalhos realizados pode ser percebida através do envolvimento de professores, orientadores e monitores das ONG que se dedicam em tempo quase integral ao desenvolvimento das atividades. O problema é mesmo que a equipe de profissionais seja comprometida com os projetos, o número de jovens que conseguem atender é muito baixo. Se pegarmos como exemplo a ONG localizada na Cidade de Deus, pelas informações repassadas, o total de jovens que participam das oficinas está em torno de 150. Número muito pequeno para as dimensões da Cidade de Deus, uma comunidade que sem dúvidas possui milhares de jovens. O mesmo pode-se dizer da ONG localizada na Praça Onze, que atende hoje a quase 200 jovens em seus projetos, mas que atende jovens de cinco favelas do Centro do Rio.

Mesmo com toda “boa vontade” das ONG, levando em consideração que duas recebem apoio financeiro público, elas estão longe de resolver o problema da “ociosidade” dos jovens das comunidades pobres onde atuam, sem falar do problema da criminalidade. Com relação ao ócio, os representantes das ONG vêem o tempo livre dos jovens como “um fator de risco”, nos moldes do velho ditado popular “mente vazia. Oficina do diabo”, portanto esse “vazio” deve ser preenchido com qualquer atividade. Mas o tempo livre é uma necessidade de todas as pessoas (pobres ou ricas). Quando um jovem rico tem um tempo livre ele aproveita a oportunidade para atividades de cultura e lazer, mas o jovem pobre acaba não realizando tantas atividades culturais e de lazer por conta de outros fatores como a distancia desses locais, o custo do ingresso, etc. Por outro lado nas comunidades como sabemos esses aparelhos são quase inexistentes fazendo com que os pobres segundo MAIA (2002) permaneçam num estado de “orfandade” frente à política urbana.

É necessária uma ação maior do Estado para resolução do problema da criminalidade juvenil, com política pública para a área. Apenas o apoio a essas ONG não é o suficiente. É necessário se pensar em políticas que enfatizem a cultura o esporte e o lazer (assistência, educação, geração de emprego e renda, políticas urbanas, etc) de forma abrangente, como direito de todos os jovens, não só de comunidades pobres.

Por outro lado os recursos públicos empregados pelo Estado não garantem o direito a participação nas oficinas ou projetos. Os jovens devem passar pela avaliação das ONG que decidirão se podem ou não participar de alguma oficina. Não há a noção de direitos. Os jovens nem sabem que recursos públicos estão empregados nas ONG. No caso da ONG localizada na Cidade de Deus, as mães procuram a ONG para “pedir” que os filhos participem do projeto, como uma prestação de favor e na ONG localizada em Botafogo os jovens são selecionados através de vários critérios inclusive com apresentação de documentação e presença obrigatória dos pais, o que nem sempre é possível.

As atividades culturais podem ser um caminho que leve o jovem a uma mudança de perspectivas, mas é preciso se pensar nas mudanças que se deseja criar. É evidente que dificilmente um jovem que faz parte de um projeto onde ele aprende a tocar violino, conseguirá inseri-lo no mercado de trabalho realizando esta atividade. As ONG tem isso bem claro, e passam para os jovens que as mudanças que pretendem realizar estão além do aprendizado de uma atividade artística, mas desejam provocar uma mudança na maneira de pensar, o que parece dar resultados, mesmo que os jovens atendidos sejam poucos.

A noção de cidadania das ONG é um ponto a ser observado. Nas ONG onde foram realizadas as entrevistas, a cidadania se expressa à partir do momento em que os jovens podem frequentar e ter acesso a coisas e a locais que normalmente não se espera que estejam inseridos. Também ficou clara nas entrevistas a preocupação de fazer com que os jovens pensem sua real situação e passem a reivindicar por direitos que lhes são negados.

A relação das ONG com o tráfico de drogas é pacífica na medida em que estas não interfiram nas atividades do tráfico. Por outro lado os moradores da favela apóiam o trabalho desenvolvido por essas organizações, como uma alternativa mais concreta de ajuda para afastar os jovens das ruas, e o apoio da comunidade também é interessante para o tráfico. Quando os traficantes se oferecem para auxiliar com algum recurso as ONG, não é somente por ter filhos e parentes participando dos projetos, mas também para conseguir o apoio da comunidade, serem vistos como benfeitores.

A questão da inserção dos jovens no mercado de trabalho também não se constitui uma preocupação das ONG. Mesmo que reconhecidamente as dificuldades de inserção desses jovens no primeiro emprego, elas tem como foco de trabalho as mudanças comportamentais e de pensamento dos jovens. Apesar dos representantes das três ONG reconhecerem que o problema da necessidade que esses jovens tem de entrar muito cedo ao mercado de trabalho, elas não possuem medidas, projetos ou alternativas que facilitem essa inserção. Talvez a inserção

desses jovens no mercado de trabalho esteja no rol das “preocupações”, mas não de suas “ocupações”. Por esse motivo quase a metade dos jovens que se inscrevem e participam das oficinas não continuam as atividades por ter de trabalhar para auxiliar na renda familiar. Quando não conseguem recorrem as ruas, alguns acabam nos sinais de trânsito ou recorrem ao furto, com explicado pelo coordenador da ONG localizada na Praça Onze. Para ilustrar esse caso, podemos pegar o exemplo desta ONG. Muitas crianças e jovens começam a aprender uma atividade do circo como malabarismo e alguns acabam indo parar nos sinais de trânsito para mostrar o que aprenderam na ONG, com a idéia de levar dinheiro para casa. Nesse caso o ideal proposto pela ONG não foi bem sucedido.

As demandas trazidas pelos jovens envolvem outras questões como o alcoolismo, consumo de drogas e gravidez na adolescência. Os responsáveis pelas ONG procuram fazer alguns encaminhamentos para outras instituições públicas e privadas, mas é difícil fazer um acompanhamento dos casos por falta de tempo e profissionais. Quando essas questões aparecem são os monitores das oficinas que acabam por identificar o problema e tentam resolve-los junto com os jovens. Os encaminhamentos para outros profissionais ficam em segundo plano.

Caberia portanto ao Estado as iniciativas e estratégias para minimizar a inserção dos jovens na criminalidade. Apenas o repasse de recursos para as ONG não é suficiente para atender sequer a metade dos jovens que se encontram nas favelas e comunidades do Rio de Janeiro. Somente o Estado pode garantir a efetivação de um direito.

Para Montaño (2005) as ONG – dentro do chamado Terceiro Setor – não seriam capazes de compensar, em quantidade, qualidade, variedade e abrangência, as políticas públicas e sociais. Na melhor das hipóteses poderiam fornecer atendimento para grupos limitados, em circunstâncias locais, dependendo dos interesses dos doadores e “parceiros”.

O trabalho baseado na promoção de atividades sócio-culturais, políticas, preventivas e educativas nestes espaços, acabam incentivando a reflexão crítica

sobre as condições sociais de vida e saúde, fornecimento de informações sobre álcool e drogas e auto-cuidado por exemplo, realização de atividades culturais e promoção do acesso aos cuidados da saúde.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sergio. **Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n.8, dez 2002, p. 84-135.

ADORNO, Sergio. **O Adolescente e as Mudanças na Criminalidade Urbana**. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves de e CONSTANTINO, Patrícia. **Perspectivas de Prevenção da Infração Juvenil Masculina**. *Ciênc. saúde coletiva*, jan./mar. 2005, vol.10, no.1

ASSIS, Simone Gonçalves de, e CONSTANTINO, Patrícia. **Perspectivas de Prevenção da Infração Juvenil Masculina**. *Ciênc. saúde coletiva*, jan./mar. 2005, vol.10, no.1, p.81-90.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Criminalidade e Justiça Penal na América Latina**. *Sociologias*, jan./jun. 2005

BELLUZZO, Lilia e VICTORINO, Rita de Cássia. **A juventude nos caminhos da ação pública**. São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol. 18, no. 4

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Jovens em Conflito Com a Lei. A Contribuição da Universidade ao Sistema Socioeducativo**. Artigos. EDUERJ, 2002, RJ.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed 34/EDUESP, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**. Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1995.

CASTELFRANCHI, Yuri. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Um Marco na Luta Pelos Direitos**. Revista Dicionário de Direitos Humanos. ESMPU, 2005 SP.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 411-439

CAVALCANTI, Mônica Maria. **Adolescente Infrator. Um Problema que Atravessa a História**. Revista CAOS, dez 2002.

CHERQUER, Jamile. **Jovens em Perigo**. Jornal da Cidadania nº 124 - agosto/setembro 2004. IBASE.

COSTA, Luciana. **Política da Criança e Adolescente. Orçamento**. Publicação INESC, Ano VII, nº 21, julho 2006.

COSTA, Márcia Regina da. **A Violência Urbana é Particularidade da Sociedade Brasileira ?** São Paulo em Perspectiva, 1999.

COSTA, Mauricio Daltro. **Violência Juvenil, Resultado da Marginalização da Juventude Pela Sociedade de Consumo** . Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 279, 12 abr. 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas Sobre Cidadania e Modernidade**. Revista Praia Vermelha, nº 97, RJ 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira e NETO, Otávio Cruz. **PESQUISA SOCIAL: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ. Ed Vozes, 1994.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. **A Imagem do Rio de Janeiro na Televisão**. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano VI, nº1, Dezembro 1992.

ESPÍNULA, Daniel Henrique Pereira e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Representações Sobre a Adolescência a Partir da Ótica dos Educadores Sociais de Adolescentes em Conflito com a Lei**. Revista Psicologia em Estudo. Nº 3 PIBIC, 2004.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **ONGs no Brasil. Um Estudo Sobre Suas Características e Fatores que tem Induzido Seu Crescimento**. Publicação da Escola de Administração Pública e de Empresas. FGV, RJ 2005.



FORMIGA, Nilton Soares; GOLVEIA, Valdinei V. **A Predicação das Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens Baseado nos Valores Humanos**. Revista de Psicologia da UNC. Vol 2, nº 2, p 103 – 114. PA. 2005.

GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, Galeras e Narco-tráfico**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2003.

ISUNIMO, Wania Pasinato e NEME, Cristina. **Violência Urbana e Graves Violações de Direitos Humanos**. 2002

JOVCHLOVITCH, Marlova. **Assistência Social e Cidadania** - MBES, CNAS, LBA, PNUD, AJURIS, FAMURS - 1993 . Assistência social como política pública.

JUNIOR, Almir Pereira e BEZERRA, Jaerson Lucas. **Os Impasses da Cidadania. Infância e Adolescência no Brasil**. IBASE, 1992.

LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. **O Desmonte da Nação em Dados**. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. **O Desmonte da Nação**. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.

MADEIRA, Felícia Reicher. **Violência nas Escolas: Quando a Vítima é o Processo Pedagógico**. *São Paulo Perspec.*, Oct./Dec. 1999, vol.13, no.4.

MAIA, Rosemere Santos. **Shopping Center. O Afrouzamento da Promessa de Assepsia e o Lugar da Pobreza nos Tempos de Consumo das Cidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ, 2002 (TESE)

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão emergente de Intervenção Social**. São Paulo, editora Cortez, 2005.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **O Conceito Exclusão e Seus Dilemas**. Revista Urutugua. 2004.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. **Ongs Populares: Uma Proposta Alternativa de Atendimento a Jovens Excluídos do Processo Social**. 2002 SP

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **O processo “Banalizador”: Reflexões Sobre a Desigualdade e a Violência Urbana no Brasil**. Publicação da Universidade de Coimbra. VIII congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais de Coimbra – A questão Social no Novo Milênio, 2004.

OLIVEIRA, Maruza B. and ASSIS, Simone G. **Os Adolescentes Infratores do Rio de Janeiro e as Instituições que os "ressocializam". A Perpetuação do Descaso**. Cad. Saúde Pública. [online]. 1999, vol. 15, no. 4 [cited 2006-11-27], pp. 831-844.

PINHEIRO, Leandro R. **Filantropia Empresarial e Trabalho Voluntário: Interação e Conflito na Gestão de Voluntariado**. Publicação O&S, PUCRS, nº 23 2002.

PONTES, Fernanda e SCHMIDT, Selma. **Invasão Silenciosa das Favelas**. O GLOBO, p.5 janeiro 2001.

ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo. **Uma Cultura da Violência na Cidade? Rupturas, Estetizações e Reordenações**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.

ROCHA, E. G.; PEREIRA, J. F. - **Descentralização Participativa e a Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente**. Revista da UFG, Vol. 5, No. 2, dez 2003.

ROURE, Glacy Q. de. **Vidas Silenciadas – A Violência com Crianças e Adolescentes na Sociedade Brasileira**. UNICAMP, ( 1996)

SAENZ, Fabiana. **Estatuto da Criança de Adolescente**. Revista Dicionário de Direitos Humanos. ESMPU, 2006 SP.

SANTOS, José Heitor de. **Maioridade Penal - Proposta é Reconhecimento do Fracasso da Sociedade**. Revista Consultor Jurídico, 2002 SP.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Novos Processos Globais e Violência**. São Paulo em Perspectiva., São Paulo, v13, n.3 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade. **Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do Atendimento Institucional no Brasil**. Texto para Discussão nº 979. IPEA, 2002.

YASBEK, Maria Carmelira. **O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo Perspec. vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2004

ZALUAR, Alba. **Um Debate Disperso: Violência e Crime no Brasil da Redemocratização**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v13, n3, 1999.

ZALUAR, Alba. **Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1997, vol. 12, no. 35.

ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2001, vol. 16, no. 45 [citado 2006-12-07], pp. 145-164

## **ANEXOS**

## **Entrevista feita aos Coordenadores e Assistentes sociais das ONGs**

Perguntas – instituição (ONG)

1. Quando e por quem a ONG foi fundada?
2. Quais as motivações?

3. Por que a escolha pela área da infância e juventude?
4. Já possuía alguma vinculação com a temática?
5. Por que a escolha pela atividade cultural?
6. Quantos jovens a organização atende?
7. E em relação às atividades culturais?
8. Qual o perfil dos jovens atendidos pela ONG? (sexo, escolaridade, local de moradia, situação ocupacional, “cor”, idade)?
9. Quais os critérios de elegibilidade utilizados?
10. Há parceiros? Quais? Como contribuem?
11. Se não, qual a origem dos recursos?
12. A ONG atua segundo uma concepção de rede de serviços?
13. Qual o potencial da ONG no que diz respeito à contribuição na transformação da situação em que vivem jovens e adolescentes no bairro ou na cidade?
14. Como encara a atuação direta do poder público na “comunidade”?
15. Quais as principais demandas trazidas pela população usuária?
16. Que avaliação faz do trabalho/intervenção ao longo destes anos?
17. Corpo de funcionários, vínculo e número.

### **Entrevista feita para professores e monitores**

1. Há quanto tempo faz este trabalho? Já trabalhou em outras ongs ? fazendo essa mesma atividade?

2. Quais as motivações para trabalhar na ong?
3. Já possuía vinculação com a temática?
4. Quais objetivos você pretende alcançar com seu trabalho?
5. Qual a importância de investir em atividades culturais?
6. Como se dá o trabalho em equipe. Se há autonomia para propor? Gestão colegiada?
7. Qual o perfil dos jovens atendidos pela ONG? (sexo, escolaridade, local de moradia, situação ocupacional, “cor”, idade)?
8. Qual o potencial da ONG no que diz respeito à contribuição na transformação da situação em que vivem jovens e adolescentes no bairro ou na cidade?
9. Como encara a atuação direta do poder público na “comunidade”?
10. Quais as principais demandas trazidas pela população usuária?
11. Que avaliação faz do trabalho/intervenção ao longo destes anos?